UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA REGIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

LUYSA ROCHA GUIMARÃES FERREIRA

PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO MATOPIBA

ILHÉUS – BAHIA
2023

LUYSA ROCHA GUIMARÃES FERREIRA

PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO MATOPIBA

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Santa Cruz, como parte das exigências para obtenção do título de mestre do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas.

Linha de pesquisa: Desenvolvimento Regional

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Carla Regina Ferreira Freire Guimarães

Coorientadora: Prof(a). Dr(a). Cristiane Aparecida de Cerqueira

ILHÉUS – BAHIA

2023

F383 Ferreira, Luysa Rocha Guimarães.
Pluriatividades e plurirrendimentos nos estabelecimentos de agricultura familiar e não familiar: uma análise do Matopiba / Luysa Rocha Guimarães Ferreira. – Ilhéus, BA: UESC, 2023.
114 f. : il.

Orientadora: Carla Regina Ferreira F. Guimarães.
Coorientadora: Cristiane Aparecida de Cerqueira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas.
Inclui referências e apêndice.

1. Agricultura familiar. 2. Agricultura – Aspectos econômicos. 3. Produtividade agrícola. 4. Políticas públicas. I. Título.

CDD 338.1

LUYSA ROCHA GUIMARÃES FERREIRA

PLURIATIVIDADES E PLURRIENDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO MATOPIBA

Ilhéus-BA. 18 de abril de 2023

Carla Regina Ferreira Freire Guimarães

Profª. Dra. Carla Regina Ferreira Freire Guimarães
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Orientadora

Cristiane Aparecida de Cerqueira

Profª. Dra. Cristiane Aparecida de Cerqueira
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinadora Interna

Prof. Dr. Marcelo Inácio Ferreira Ferraz
UESC- Universidade Estadual de Santa Cruz
Examinador Interno

Clesio Marcelino de Jesus

Prof. Dr. Clesio Marcelino de Jesus
UFU- Universidade Federal de Uberlândia
Examinador Externo

Dedico esta pesquisa a Deus, que é a razão da minha vida, aos meus pais e ao meu esposo, que são a minha inspiração e meus maiores incentivadores.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui, foram muitos momentos de dúvidas, além dos desafios que pareciam insuperáveis. Ao finalizar esse trabalho, sei que venci e sou muito grata a todos que me apoiaram.

Primeiramente, agradeço a Deus pela oportunidade, por ouvir minhas orações, acalmar meu coração e me dar a força necessária para seguir e não desistir. "*Cuidas de mim, sei que tu cuidas de mim, Senhor*".

Agradeço ao meu esposo Adive Cardoso Ferreira Júnior por estar ao meu lado sempre, meu maior incentivador. Sem você eu não teria nem começado, obrigada por torcer por mim e me dar todo amor e apoio que precisei nesses anos. Essa conquista também é sua.

Minha eterna gratidão aos meus pais, Otonio Alves Guimarães Sobrinho e Maria da Conceição Soares Rocha Guimarães por todo esforço e dedicação dispensados aos meus estudos, todas as minhas conquistas eu devo a vocês.

Agradeço aos colegas e professores do Programa de Economia Regional e Políticas Públicas – PERPP por todo o aprendizado e ensinamento compartilhado. Agradeço à minha orientadora Carla Regina Ferreira Freire Guimarães pelo tempo dispendido e pela rica contribuição na pesquisa. Agradeço também aos membros da banca pela disponibilidade e grandiosa colaboração em todo o processo da pesquisa.

Gratidão, ainda, à minha psicóloga Rafaela Vieira por ter me acompanhado durante esses anos, traçando estratégias para alcançar meus objetivos e me fazendo acreditar que seria possível, que eu preciso acreditar em mim.

Por fim, agradeço aos meus familiares e amigos que sempre estiveram dispostos a tecer palavras de incentivo e demonstrar torcida por minhas vitórias.

"Sei que a vida às vezes perde a cor, parece acabar, calma que a alegria tem a cor de uma flor que vai desabrochar. Eu sei, o mundo pede pressa, e viver às vezes aparenta ser irreal, mas não é..." (Da cor do Girassol - Bryan Behr)

PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS NOS ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR: UMA ANÁLISE DO MATOPIBA

RESUMO

A modernização e a tecnologia modificaram a estrutura da produção, as formas de organização do trabalho e a ocupação nas áreas brasileiras. Evidencia-se que os agricultores familiares e não familiares passaram a executar atividades intersetoriais, agrícolas e/ou não agrícolas, resultando na pluriatividade que, por sua vez, gera plurirrendimentos. Observa-se que tal fenômeno provocou mudanças econômicas, ocupacionais e espaciais no Matopiba, região constituída por 337 municípios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, marcada pela expansão recente do agronegócio. Assim, o trabalho tem como objetivo geral analisar a pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Matopiba, segundo a agricultura familiar e não familiar. A partir dos dados obtidas no Censo Agropecuário 2017, publicados pelo IBGE, foram realizadas análises estatísticas-descritivas, no Matopiba, para verificar as receitas e rendas nos estabelecimentos agropecuários, segundo as categorias de agricultores familiares e não familiares. Os resultados obtidos acerca do número de estabelecimentos agropecuários esclarecem que as receitas da produção do estabelecimento e as outras receitas do produtor eram os ingressos monetários com maior participação nas unidades agrícolas familiares e não familiares no Matopiba. O número de estabelecimentos que logram receitas do estabelecimento é maior em relação à produção de origem animal, em detrimento da produção vegetal, considerando ambas as categorias de produtores. Quanto às outras receitas do estabelecimento, nota-se que a quantidade de estabelecimentos de agricultores não familiares expõe uma participação mais considerável das receitas de desinvestimentos. No que concerne às outras receitas do produtor, constatou-se a amplitude de estabelecimentos familiares que obtém receitas provenientes de aposentadorias e pensões. Ao analisar o valor das receitas ou rendas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários, tem-se que as receitas da produção vegetal são uma significativa fonte de renda para os agricultores não familiares, a produção animal tem uma maior participação para os familiares. As outras receitas do produtor ganham relevância em relação aos produtores familiares, uma vez que essa categoria demanda a complementação da renda dos seus membros por meio de receitas oriundas de atividades desassociadas da agricultura ou de benefícios sociais e pensões. A variedade de atividades dos que exercem atividades agrícolas e também atividades não agrícolas compõe a renda do agricultor e evidencia a pluriatividade e o plurirrendimento rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar; atividades não agrícolas; pluriatividade; plurirrendimentos; Matopiba.

PLURIATIVITIES AND PLURIINCOME IN FAMILY AND NON-FAMILY AGRICULTURE ESTABLISHMENTS: AN ANALYSIS OF MATOPIBA

ABSTRACT

Modernization and technology modified the structure of production, forms of work organization and occupation in Brazilian areas. It is evident that family and non-family farmers began to carry out intersectoral, agricultural and/or non-agricultural activities, resulting in pluriactivity which, in turn, generates pluri-income. It is observed that this phenomenon caused economic, occupational and spatial changes in Matopiba, a region made up of 337 municipalities in the states of Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia, marked by the recent expansion of agribusiness. Thus, the general objective of the work is to analyze the pluriactivity and plurincome in agricultural establishments in Matopiba, according to family and non-family farming. Based on the data obtained in the 2017 Agricultural Census, published by IBGE, statistical-descriptive analyzes were carried out in Matopiba, to verify the revenues and incomes in agricultural establishments, according to the categories of family and non-family farmers. The results obtained regarding the number of agricultural establishments clarify that the establishment's production revenues and the producer's other revenues were the monetary income with the greatest participation in family and non-family agricultural units in Matopiba. The number of establishments that generate income from the establishment is greater in relation to animal production, to the detriment of plant production, considering both categories of producers. As for the establishment's other income, it is noted that the number of non-family farming establishments exposes a more considerable share of income from divestments. With regard to the producer's other income, the range of family establishments that obtain income from retirement and pensions was verified. When analyzing the value of revenues or income obtained by agricultural establishments, it can be seen that revenues from vegetable production are a significant source of income for non-family farmers, animal production has a greater participation for family members. The producer's other revenues gain relevance in relation to family producers, since this category demands the supplementation of its members' income through revenues derived from activities disassociated from agriculture or social benefits and pensions. The variety of activities of those who carry out agricultural activities and also non-agricultural activities make up the farmer's income and evidence pluriactivity and rural multi-income.

Keywords: Family farming; non-agricultural activities; pluriactivity; multi-income; Matopiba.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Matopiba no Brasil..... 57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Designação e definição das variáveis relacionadas ao perfil do produtor e às características da produção do estabelecimento agropecuário 60
Quadro 2 – Designação e definição das variáveis relacionadas às receitas da produção do estabelecimento agropecuário..... 61
Quadro 3 – Designação e definição das variáveis relacionadas às outras receitas do estabelecimento agropecuário..... 62
Quadro 4 – Designação e definição das variáveis relacionadas às outras receitas do produtor do estabelecimento agropecuário..... 63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese dos trabalhos sobre pluriatividade e plurirrendimentos no Brasil.... 55
Tabela 2 – Produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, por gênero, em 2017 65
Tabela 3 – Classe de idade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 66
Tabela 4 – Escolaridade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 . 67
Tabela 5 – Escolaridade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 . 68
Tabela 6 – Cor ou raça do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 ... 69
Tabela 7 – Condição do produtor (familiar e não familiar) em relação às terras, em 2017 70
Tabela 8 – Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 70
Tabela 9 – Condição legal das terras do estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017 71
Tabela 10 – Origem da orientação técnica recebida pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017..... 72
Tabela 11 – Origem da orientação técnica recebida pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017..... 73
Tabela 12 – Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017..... 74
Tabela 13 – Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017..... 75
Tabela 14 – Grupos de área total no Matopiba, em 2017..... 76
Tabela 15 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor (unidades) no Matopiba, em 2017 79
Tabela 16 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas do estabelecimento (unidades) no Matopiba, em 2017 . 80
Tabela 17 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do estabelecimento (unidades) no Matopiba, em 2017 81
Tabela 18 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que

obtiveram outras receitas do produtor (unidades) no Matopiba, em 2017 .. 83
Tabela 19 – Valor das receitas da produção do estabelecimento, das outras receitas do estabelecimento e das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017..... 86
Tabela 20 – Valor das receitas da produção do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017..... 88
Tabela 21 – Valor das outras receitas do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017 90
Tabela 22 – Valor das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017 92

LISTA DE SIGLAS

CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CF	Constituição Federal
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
DAP	Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FAO	Food and Agriculture Organization
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAPP	Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Rural
PROAGRO MAIS	Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Resultados sobre pluriatividade e plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários do Brasil 110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

1 A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL **21**

2 AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR **24**

3 O NOVO RURAL E A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO **29**

4 PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS **32**

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA **42**

6 REVISÃO EMPÍRICA SOBRE PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS **51**

7 METODOLOGIA **56**

7.1 Área de estudo 56

7.2 Métodos e técnicas da pesquisa 58

7.3 Seleção das variáveis e dados 59

7.4 Métodos de análise 63

8 PERFIL DO PRODUTOR FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO MATOPIBA EM 2017 ..... **65**

8.1 Sexo do produtor 65

8.2 Classe de idade 66

8.3 Escolaridade 67

8.4 Cor ou raça 69

8.5 Condição do produtor em relação às terras 69

8.6 Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário 70

8.7 Condição legal das terras 71

8.8 Origem da orientação técnica recebida 72

8.9 Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento .. 73

8.10 Grupos de atividade econômica 75

8.11 Grupos de área total 75

9 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (FAMILIAR E

NÃO FAMILIAR) QUE OBTIVERAM RECEITAS DO ESTABELECIMENTO E DO PRODUTOR 78

9.1 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor 78

9.2 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas do estabelecimento 80

9.3 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do estabelecimento 81

9.4 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do produtor..... 82

10 VALOR DAS RENDAS E RECEITAS OBTIDAS PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E PELO PRODUTOR (FAMILIAR E NÃO FAMILIAR) 86

10.1 Valor das receitas da produção do estabelecimento, das outras receitas do estabelecimento e das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) .. 86

10.2 Valor das receitas da produção do estabelecimento (familiar e não familiar) 87

10.3 Valor das outras receitas do estabelecimento (familiar e não familiar) 90

10.4 Valor das outras receitas do produtor (familiar e não familiar)..... 91

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 95

REFERÊNCIAS 98

APÊNDICE A 110

INTRODUÇÃO

A evolução da agricultura brasileira até os dias atuais foi marcada por diversos fatores históricos, políticos e econômicos, como a ditadura militar, a Revolução Verde e a evolução tecnológica no campo, o processo de redemocratização, que veio com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a globalização, que consubstanciaram notórias mudanças estruturais, sociais, organizacionais, espaciais e de desenvolvimento no país.

Com o advento da Constituição Federal de 1988 e no início da década de 1990, o Brasil passa por uma redemocratização, reestruturando e regulamentando a sociedade civil como um todo, bem como a sua agricultura, principalmente diante da consolidação de direitos fundamentais e sociais. As políticas públicas destinadas a esse setor ganham evidência e o meio ambiente passa a ser tutelado de forma mais específica (BRASIL, 1988).

Concomitante às mudanças na organização social e produtiva e no amadurecimento das políticas que interferem no campo, o meio rural contemporâneo deixa de ser sinônimo de atraso e ganha uma nova concepção, em que a agricultura e a pecuária se tornam apenas uma dimensão do espaço rural e não sua totalidade (ABRAMOVAY, 2000).

Com o processo de globalização, a modernização da agricultura por meio da evolução tecnológica, com a utilização de mecanização e técnicas de produção avançadas, a inserção da agricultura na economia capitalista por meio dos complexos agroindustriais e o desenvolvimento local, as diferenças existentes entre meio rural e urbano são minoradas. O termo ruralidade não é mais definido pelo aspecto setorial, mas sim espacial, uma vez que as cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela atividade de agricultura (ABRAMOVAY, 2000).

Surge, assim, o “Novo Rural”, em que os estudos, as atividades produtivas, as políticas públicas, as ações governamentais e os investimentos não se resumem mais à atividade da agricultura, busca-se um rural *lato sensu*, ou seja, num sentido amplo,

abrangente. Não se fala apenas em reforma agrária, assentamentos, tecnologias e êxodo rural, ao passo que emergem questões ambientais e de sustentabilidade, bem como se estuda as situações dos agricultores familiares, a novas conjunturas do mercado de trabalho e a ocupação da população rural (SILVA, 1997).

Tal ruralidade, dentre outras características, alterou as formas de organização do processo de trabalho e de ocupação nas áreas rurais brasileiras. Passou-se a analisar que os trabalhadores rurais executam atividades intersetoriais, assim, além das atividades agrícolas, ocupam também as atividades não agrícolas presentes no espaço rural. Nesse contexto se encontra o fenômeno da pluriatividade, que, por sua vez, gera plurirrendimentos.

A pluriatividade denota a prática de atividades agrícolas e não agrícolas nos estabelecimentos agropecuários, estando associada às estratégias sociais e produtivas do trabalhador rural, as quais estimulam o aumento e a variação de ingressos monetários para os agricultores, os chamados plurirrendimentos. Os plurirrendimentos se firmam como as distintas fontes de rendas e receitas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários, oriundas da exploração de atividades agrícolas, atividades não agrícolas e outros tipos de renda, como aposentadoria, pensões, transferências e benefícios governamentais.

Esses fenômenos estão inseridos nos seguimentos da agricultura familiar e não familiar. A agricultura familiar faz referência aos pequenos produtores e se caracteriza pela produção agrícola realizada por membros da família em pequenas propriedades rurais. Conforme as diretrizes da Lei nº 11.326/2006, para ser caracterizado como agricultor familiar, deve-se atender, simultaneamente, a alguns requisitos, como não possuir área superior a quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra da própria família, ter rendimento familiar mínimo originado na unidade de produção familiar, bem como dirigir o empreendimento com a família (BRASIL, 2006). Os agricultores não familiares, patronais ou comerciais, por sua vez, são aqueles que não se enquadram nas condições previstas pela legislação e conta com um processo produtivo avançado, dotado de tecnologias e maquinaria avançadas.

No âmbito da agricultura familiar, associada a um contexto de vulnerabilidade social ou não, a pluriatividade surge como estratégia de adaptação, oportunidade de inserção laboral, atendimento às demandas do mercado ou até mesmo uma mudança do estilo de vida das famílias rurais, uma vez que eleva a renda dos membros da família e a estabiliza, diante da menor destinação de políticas de crédito governamentais em comparação aos financiamentos atribuídos ao setor patronal.

Conforme as famílias rurais passam a ter outros meios de subsistência, para além da atividade agropecuária, diante de maiores oportunidades de trabalho e fontes variadas de renda, configuram como pluriativas, as condições de vida tendem a melhorar, adquirindo maior estabilidade, aumentando, inclusive, a sua produtividade (ESCHER *Et al.*, 2015). Atividades associadas à industrialização, artesanato e ligadas ao turismo e lazer, são exemplos de funções que fomentam a condição de estabelecimentos pluriativos no campo.

No que tange à agricultura patronal, diferentemente do setor familiar, que está associada a uma estratégia de melhoria de vida e segurança alimentar, tem-se que a pluriatividade e os plurirrendimentos se firmam em uma necessidade de diversificação de rendas e uma progressão lucrativa, passando o meio rural a compreender uma nova função, sendo espaço de moradia, lazer, turismo e negócios.

Nessa conjuntura, há a diversificação da composição das rendas e receitas dos estabelecimentos pluriativos da agricultura familiar e da agricultura não familiar. Nota-se que o emprego não-agrícola tem grande importância na ocupação da força de trabalho do meio rural, uma vez que as políticas públicas implementadas, com destaque para as políticas de crédito e financiamentos, como o Pronaf[1], o PAA [2]e o PNAE[3], destinadas aos pequenos produtores, nem sempre são suficientes para a manutenção dos agricultores e capacitação para a competição com grandes empresas do setor.

Dentro desse recorte, nota-se uma articulação entre atividades agrícolas e atividades não agrícolas e a variação de renda entre os agricultores brasileiros. Essa expansão da ocupação da população rural em atividades não agrícolas incentiva estudos, não só numa análise da relação entre atividades agrícolas e não agrícolas e seus efeitos nas economias locais, mas também no estudo das mudanças econômicas, ocupacionais e espaciais no mercado de trabalho e da ocupação no espaço rural.

Considerada a "última fronteira agrícola" brasileira, diante do dinamismo, complexidade e diversidade, decorrente da expansão do agronegócio, em razão de ser um grande produtor de *comodities* com relevância no mercado interno e externo, nota-se a importância de estudar o Matopiba. Este território é formado pelas áreas do Cerrado e da Amazônia Legal insertas em municípios que compõem parte dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, com particularidades homogêneas em relação à estrutura de

---

[1] Pronaf: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
[2] PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
[3] PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

produção agropecuária e industrial.

Por certo, a evolução da tecnologia e a modernização dos maquinários e técnicas de produção agropecuária experimentada ao longo dos anos no Brasil trouxeram benefícios para o Matopiba, uma vez que a produção das *commodities* é de capital-intensivo, com uso acentuado de máquinas, colheitadeiras, insumos e tecnologias variadas. Dessa forma, aumentou-se o Produto Interno Bruto (PIB) do território.

Todavia, a distribuição de renda e da riqueza não apresentou melhoria proporcional ao aumento do desenvolvimento no Matopiba, ou seja, apenas ampliou seu crescimento econômico (IPEA, 2018). Assim, no território, o agronegócio desenvolvido por meio da intensificação da tecnologia propiciou a menor utilização da força de trabalho, acentuou o desemprego no campo, reduzindo a apropriação da renda pelos trabalhadores, fez com que a quantidade de postos de trabalho dentro dos setores da agropecuária fosse cada vez menos ofertada e, em contrapartida, promoveu maior dinamização do mercado de trabalho em outros setores da economia, formando um complexo de variadas atividades no meio rural do território (DE LIMA, 2020).

Nesse cenário, com a modernização da agricultura e a expansão do agronegócio, emergiram atividades não agrícolas, substituindo o emprego do setor agrícola, bem como somando-se a ele. Ademais, as mudanças da ocupação do trabalho é uma realidade crescente no Brasil, que ganha força no meio rural, no que diz respeito às atividades não agrícolas e, principalmente, agrícolas.

Assim, o propósito desta pesquisa se assenta na hipótese de que a modificação do meio rural ocorreu de forma diversa nos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares no Matopiba, influenciando na diversificação das fontes de receitas obtidas, bem como as políticas públicas têm funções distintas para essas categorias, contribuindo para a manifestação da pluriatividade e dos plurirrendimentos na região.

Diante dessas considerações, questiona-se: Como a pluriatividade e os plurirrendimentos se apresentam nos estabelecimentos familiares e não familiares no Matopiba?

Posto isto, este trabalho tem por objetivo geral analisar a pluriatividade e os plurirrendimentos nos estabelecimentos agropecuários no Matopiba, segundo a agricultura familiar e não familiar. Especificamente, pretende-se delinear o perfil do produtor rural; identificar os estabelecimentos agropecuários que exercem atividades diversas, considerando as categorias de agricultores familiares e não familiares; identificar as distintas fontes de rendas e receitas nos estabelecimentos agropecuários

familiares e não familiares, mensurando a importância de cada fonte na formação da receita total; caracterizar os estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares nos quais se identificam o exercício da pluriatividade econômica e dos plurirrendimentos, segundo as receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor.

A pesquisa torna-se relevante por reunir informações e dados sobre as características da agricultura familiar e não familiar, bem como os contextos que implicaram o surgimento da pluriatividade nos estabelecimentos agropecuários no Matopiba, posto que nessa região há o desenvolvimento de atividades agropecuárias e outras atividades relevantes para a formação da renda dos agricultores.

Tal estudo pretende oferecer subsídios para pesquisas futuras teóricas, metodológicas, contribuir para o debate atual sobre o novo rural, sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, promovendo seu aprimoramento por meio de informações acerca da relevância das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares e não familiares. Além disso, aspira articular benefícios para o setor público e privado, bem como fomentar informações a esses setores produtivos.

No primeiro capítulo, a contextualização da pesquisa se dá de forma a trazer a evolução da agricultura brasileira a partir da década de 1990 e as transformações do processo produtivo até os dias atuais. Em continuação, no segundo capítulo serão apresentados os conceitos de agricultura familiar e não familiar, bem como um levantamento das principais características desses seguimentos.

No terceiro capítulo será trabalhado o conceito de novo rural e relatar como essa fase foi determinante para modificação da dinâmica do mercado de trabalho no espaço rural. Na sequência, no quarto capítulo será descrita a relação existente entre as modificações do espaço rural e o surgimento das pluriatividades para o produtor, o que, por sua vez, promove ingressos monetários diversos, denominados plurirrendimentos.

A partir dessa discussão, no capítulo cinco será analisado o impacto das políticas públicas destinadas aos agricultores familiares e não familiares para a ocorrência das pluriatividades e, consequentemente, dos plurirrendimentos, nos estabelecimentos agropecuários. Posteriormente, o texto abordará, no capítulo seis, uma revisão empírica da literatura atual acerca da pluriatividade e dos plurirrendimentos em regiões e municípios do Brasil.

A construção dos dados será iniciada por meio da análise do perfil do produtor do Matopiba, no capítulo oito, com a descrição de características referentes a aspectos

socioeconômicos, como níveis de organização do produtor e a utilização de assistência técnica, além de características pessoais do agricultor. Serão analisadas as variáveis sexo do produtor, a classe de idade, escolaridade, cor ou raça, condição em relação às terras, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, origem da orientação técnica recebida, forma de obtenção de informações técnicas recebidas, grupos de atividades econômicas e grupos de área total.

Por fim, os capítulos nove e dez trarão análises acerca do número de estabelecimentos agropecuários (unidades) e o valor das receitas ou rendas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários (mil reais), no Matopiba, em 2017, considerando as receitas da produção do estabelecimento, as outras receitas do estabelecimento e as outras receitas do produtor.

1 A EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL

O cenário político institucional no Brasil é marcado por importantes mudanças e dinâmicas sociais. Dessa forma, grandes transformações ocorreram na agricultura brasileira, as quais permeiam até a atualidade.

A partir da década de 1990, a ideia de desenvolvimento rural alcançou maior espaço e trilhou novos rumos no Brasil, principalmente em relação às políticas públicas e discussões teóricas sobre o tema, especificamente após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

A construção dessa nova concepção de desenvolvimento rural foi motivada pela ampliação de estudos da área, pelas transformações sociais, políticas e econômicas no país, desdobrando-se em políticas governamentais voltadas para a reforma agrária, o financiamento do crédito rural para a agricultura familiar, além do incentivo a ações afirmativas para mulheres, jovens, aposentados e negros (SCHNEIDER, 2010).

A abertura comercial, a redução do problema inflacionário, e a introdução do Plano Real em 1994, modificam substancialmente as políticas agrícolas e de comércio vigentes, desencadeando políticas de reformas nas instituições.

> Finalmente, essa década dos anos 1990 foi período de forte implementação dos acordos de comércio e de uma política cambial a partir de 1994, que combinados à minimização da intervenção estatal anteriormente praticada, promoveram nítido recuo na expansão da agricultura capitalista e forte processo de desvalorização da renda fundiária, expressa pelo preço da terra (DELGADO, 2012, n.p.).

Schneider (2010) explica, ainda, que, na década de 1990, a sociedade civil se modificou, a ação dos movimentos e das organizações sociais passou a ser mais proativos e propositivos e não apenas reivindicativo e contestatórios. Acrescenta que fora incorporado, no desenvolvimento rural no país, a noção de sustentabilidade e meio ambiente, período em que diferentes esferas de governo passam a tratar dessas questões, muitas delas envolvendo regulamentações que preveem a realização de estudos de

impacto e formas de controle da atividade econômica.

O autor explica que, no período de 1990, a agricultura familiar firmou-se como categoria política, modelo social econômico e produtivo para a sociedade brasileira, legitimação que está associada à recomposição do movimento sindical rural na época. Vários estudos, livros e pesquisas sobre a agricultura familiar foram fomentados, apresentando uma nova tipologia dos estabelecimentos rurais brasileiros, os quais passam a ser classificados segundo a forma de trabalho, familiar ou assalariado, além de sugerir uma tipologia que separa a agricultura familiar da patronal. Ademais, houve a crescente influência e ação do Estado no meio rural por meio das políticas públicas destinadas à agricultura familiar, como a reforma agrária, regularização fundiária e segurança alimentar (SCHNEIDER, 2010).

A legitimação da agricultura familiar no país ganha força nesse período, dentre outras condições, em razão das pesquisas direcionadas à essa área, bem como pela força do movimento sindical dos trabalhadores rurais, os quais buscavam melhores condições de crédito e preços, a regulamentação constitucional da previdência social rural, condições comerciais diferenciadas e proteção contra a abertura indiscriminada do comércio.

Diante das crescentes pesquisas e estudos, a formulação e implementação de políticas públicas agrícolas e fundiárias para tal seguimento ganha destaque. O papel do Estado no meio rural cresce e se expande, não apenas relacionado ao apoio aos assentamentos de reforma agrária e ao crédito para a agricultura familiar, mas também voltado a políticas de segurança alimentar, combate às formas precárias de trabalho, regularização fundiária, apoio às populações tradicionais e ações de desenvolvimento territorial (SCHNEIDER, 2010).

Castro (2015) aduz que o agricultor familiar, além da agricultura capitalista, passou a incorporar uma diversidade de situações específicas e particulares, manifestando um papel revolucionário dessa categoria nas relações humanas, econômicas e sociais do campo e da sociedade.

Mudanças no âmbito político e ideológico também fortaleceram essa fase de desenvolvimento rural, diante da polarização entre o agronegócio e as demais formas de produção, como a agricultura familiar. A noção de sustentabilidade ambiental se insere nas discussões acerca do desenvolvimento rural e sustentável no Brasil, trazendo aspectos críticos do período da “Revolução Verde” e da tentativa de inserção de modelos técnico-

produtivos alternativos, orgânicos e ecológicos (SCHNEIDER, 2010).

No final da década de 1990, desenvolve-se um projeto de acumulação de capital no setor agrícola, denominado agronegócio, com operações de produção e distribuição de insumos agrícolas, além do processamento industrial, com a construção dos complexos agroindustriais. O capital financeiro passa a ser aplicado em múltiplos setores e atividades produtivas do espaço rural (SILVA, 1997).

No período dos anos 2000, há o crescimento de cadeias agroindustriais da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, com acumulação de capital, seja da renda da terra, seja da lucratividade do conjunto de capitais aliados ao agronegócio (DELGADO, 2012).

O avanço da agricultura fomentou a expansão da agropecuária brasileira para outras áreas do país, dentre ela, o Matopiba, região caracterizada por novas tecnologias e alta produtividade, que abrange municípios dos estados do Maranhão, Piauí e Bahia e na totalidade do Tocantins.

O Matopiba é uma região que vem se destacando no cenário da agricultura moderna no território brasileiro, baseada em capital, mecanização e alta tecnologia, sendo responsável pela produção de grãos em grande escala, principalmente nas áreas do cerrado. Tal região apresenta condições propícias para a atividade da agricultura, uma vez que conta com topografia com áreas planas e extensas, com solos produtivos, água disponível e clima favorável (FAVARETO, 2019).

O processo de ocupação da região se iniciou nesse período na Bahia, e, nas décadas seguintes, se expandiu para o Maranhão, Piauí e Tocantins, introduzindo nesses estados uma agricultura de larga escala, com foco principalmente na produção de soja, milho e algodão. Essa movimentação estimulou a chegada de muitos produtores e investidores interessados no potencial produtivo do local, principalmente as *commodities*, para o mercado interno e externo. Assim, a modernização da agricultura brasileira alcançou a região do Matopiba, com disposição tecnológica e concentração agrária, destacando-se as grandes propriedades (PEREIRA, 2019).

Dessa forma, além da representatividade que a agricultura tem para o Brasil como um todo, deve-se evidenciar o papel do Matopiba na produção de *commodities* e utilização de capital-intensivo, e entender como a agricultura familiar e não familiar se situam nesse cenário.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E NÃO FAMILIAR

A estrutura agrária brasileira, historicamente, se apresenta marcada pela dualidade, coexistindo grandes e pequenos estabelecimentos agropecuários, posto que refletem as variadas formas de ocupação territorial encontradas no Brasil. Tal dualismo agrário e fundiário influenciou a eclosão de categorias sociais específicas, que foram identificadas e caracterizadas à luz das ferramentas metodológicas e perspectivas teóricas hegemônicas em cada período histórico (DE QUEIROZ STEIN; CONTERATO, 2013).

Após debates a respeito das inconsistências teóricas, metodológicas e empíricas da caracterização dos tipos de agricultura existentes no Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base nos dados do Censo Agropecuário e utilizando os critérios definidos pela Lei da Agricultura Familiar, passou a classificar a agricultura brasileira em dois tipos: a familiar e a não familiar (DE QUEIROZ STEIN; CONTERATO, 2013).

No ano de 1994, a Organização para Alimentação e Agricultura – FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA apresentaram características diferenciadoras dos principais modelos de produção agropecuário no Brasil, a agricultura patronal ou não familiar e a agricultura familiar.

Segundo a FAO/INCRA (1994), na agricultura familiar, trabalho e gestão estão intimamente relacionados, a direção do processo produtivo é garantida pelos proprietários, há uma ênfase na diversificação da produção, na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida, além de não ter o trabalho assalariado como forma principal de mão-de-obra, bem como as decisões passam a ser imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

No modelo patronal, por sua vez, há uma completa separação entre gestão e trabalho, a organização é centralizada, nota-se uma ênfase na especialização da produção e padronização das práticas agrícolas, o trabalho assalariado aparece de maneira predominante e as tecnologias se destinam à eliminação das decisões momentâneas

(FAO/INCRA, 1994). Em que pese tal caracterização, que não pode ser considerada absoluta, tais modelos de agricultura possuem outras peculiaridades.

O conceito de agricultura familiar remete aos séculos XVIII e XIX na Europa, diante do surgimento de uma nova agricultura, a qual foi disseminada ao mundo, alterando a estrutura agrária de muitos países. O padrão da agricultura familiar passou a se modificar no século XX, diante dos impactos da revolução tecnológica na produção, passou a ser composta por pequenos proprietários, com menor extensão de terra para cultivo, o que favoreceu o êxodo rural. O conceito de agricultura familiar sofreu modificações e se configurou como um conjunto heterogêneo de sistemas produtivos, que constitui a base da produção agropecuária (LOPES, 2005).

Nas palavras de Schneider:

> [...] a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva (SCHNEIDER, 2009, n.p.).

Na década de 1990, o conceito de agricultura familiar foi inserido no Brasil, com critérios próprios para estimar o espaço desses produtores e a participação deles na produção, bem como a implementação de políticas públicas destinadas a essa categoria de produtor. Antes desse período, quase não havia referência à agricultura familiar, os termos para a qualificação e identificação dessa categoria social consistiam em pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER, 2014).

Conquanto a relevância da agricultura familiar, parte desse seguimento enfrenta dificuldades que limitam seu desenvolvimento, tais como escassez de terra, falta de assistência técnica e baixa disponibilidade de recursos financeiros, fazendo com que ocorram limitações para alcançar o padrão tecnológico vigente em um cenário de competitividade. Em virtude dessa realidade, políticas de créditos rural diferenciadas passaram a ser destinadas aos agricultores familiares.

Schneider (2014) ensina que o processo de surgimento da agricultura familiar no Brasil ocorreu em três fases. A primeira delas inclui a afirmação da categoria no âmbito político, se referindo ao papel do movimento sindical na política nacional após o fim da ditadura militar, período de transição política em que foi iniciado um conjunto de lutas e mobilizações por crédito, melhoria de preços, formas de comercialização diferenciadas, implementação da regulamentação constitucional da previdência social rural. Essa fase ainda foi marcada por uma gama de estudos, livros e pesquisas que produziram um deslocamento teórico e interpretativo em relação à agricultura familiar.

Os movimentos sociais rurais organizados também contribuíram para a evidência desse setor, uma vez que a legislação se aliou aos seus interesses. Desse modo, a segunda fase da agricultura familiar no Brasil se inicia com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, no ano de 1996, e se estende até a institucionalização da agricultura familiar por meio da Lei nº 11.326 de 2006 (SCHNEIDER, 2014).

Assim, a agricultura familiar firma-se no cenário social e político brasileiro por meio do Pronaf, criado em 1996 por meio do Decreto nº 1.946/1996, o qual foi formulado com a finalidade de prover crédito rural e apoio institucional aos pequenos produtores rurais, categoria que necessitava de políticas públicas diferenciadas (SCHNEIDER, 2009). Tal programa foi implementado com o escopo de fomentar o desenvolvimento rural sustentável e promover a segurança alimentar, aumentando a capacidade produtiva dos agricultores familiares, bem como gerando emprego e renda (LOPES, 2005).

A afirmação institucional de maior alcance da agricultura familiar no Brasil se deu com a Lei n° 11.326/2006, de 24 de junho de 2006, que dispõe acerca das diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Tal norma estabelece que agricultor familiar ou empreendedor rural familiar é aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, a alguns requisitos, quais sejam, não possuir área superior a quatro módulos fiscais, utilizar predominantemente mão de obra da própria família, ter rendimento familiar mínimo originado na unidade de produção familiar, bem como dirigir o empreendimento com a família (BRASIL, 2006). Desse modo, a agricultura familiar se diferencia em razão de exercer suas atividades com a mão de obra dos membros da família, podendo empregar trabalhadores assalariados de forma complementar.

Schneider (2014) explica que a Lei da Agricultura Familiar proporcionou a realização de um levantamento estatístico censitário mediante o Censo Agropecuário de 2006, uma vez que foi possível, com base na definição legal, segmentar os estabelecimentos agropecuários em familiares e não-familiares, permitindo conhecer em profundidade e rigor as características das unidades familiares rurais brasileiras. A terceira fase da agricultura familiar no Brasil compreende o momento atual e a definição abordada se estendeu até o mais recente Censo Agropecuário de 2017.

A Agricultura familiar constitui um dos maiores seguimentos em número de estabelecimentos rurais do país, tendo expressiva importância econômica nas cadeiras produtivas, visto que é responsável por grande parte da produção de alimentos

consumidos pela sociedade brasileira (ABRAMOVAY *Et al.*, 1998). Assim, possui importância econômica voltada ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

A existência de tal grupo social assegura a segurança alimentar, a produção de matérias-primas, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento local. Dessa forma, em uma propriedade rural, a agricultura familiar deve ser analisada sob a ótica da sustentabilidade em face da atuação antrópica, atendendo as necessidades atuais, sem comprometer a disponibilidade para as futuras gerações, para tanto, são analisados fatores ambientais, econômicos e sociais, os quais devem se relacionar harmonicamente.

Nas ideias de Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019), a agricultura familiar e a sustentabilidade estão fortemente relacionadas, uma vez que essa categoria social é responsável por garantir uma maior soberania e segurança alimentar por meio de uma produção equilibrada no aspecto econômico, social e ambiental, tendo as famílias agricultoras como um agente intermediador da conservação dos recursos naturais. Tais autores ensinam que a estabilidade, a resiliência e a equidade são atributos presentes na produção sustentável, além disso, a busca por uma qualidade de vida, a utilização de insumos internos e o manejo adequado dos recursos naturais denotam que as práticas dos agricultores familiares são as mais coerentes com a agricultura sustentável.

Nas últimas décadas, em razão de a agricultura familiar ter assumido um espaço político de destaque nacional, algumas estratégias foram incorporadas à questão da sustentabilidade. A pluriatividade aparece como uma estratégia para manter a capacidade de reprodução social e econômica das famílias dos pequenos agricultores familiares.

A imersão dessa classe em atividades não agrícolas cresce a partir da intensificação da descentralização industrial em municípios agrícolas, diante de uma produção mais flexível e o aumento do trabalho temporário, assim, o papel da mulher se modifica e ela passa a incorporar seu trabalho em outras atividades, os filhos dos agricultores buscam qualidade de vida diante das dificuldades no trabalho na agricultura, bem como almejam melhores fontes de renda.

Atividades como o turismo rural, o artesanato, a prestação de serviços, o comércio, o lazer, em que pese indiquem perspectivas positivas para o futuro, ainda não garantem uma segurança econômica entre os agricultores familiares, que permanecem ligados a atividades agrícolas.

De outo lado, a agricultura não familiar também é conhecida como agricultura patronal, e se refere a uma agricultura comercial ou em grande escala, na qual o processo

produtivo não é organizado pelo pequeno produtor, mas por um produtor capitalista, detentor de tecnologias e maquinaria avançadas, que aumentam a produtividade, eficiência e lucros, cuja produção é executada por trabalhadores assalariados. Assim, o setor patronal está inserido no agronegócio, estando destinado à produção em larga escala em grandes estabelecimentos agropecuários.

> Muitos pesquisadores escolhem o tamanho da área do estabelecimento como critério central para distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, sendo este o critério mais fácil de constatação num questionário, dentro de uma pequena margem de erro. Outros critérios discutidos são: o grau da utilização da mão-de-obra familiar, a renda do agricultor, a significância do autoconsumo (subsistência), as regras de herança, a relação com os recursos naturais, a cultura, dentre outras possibilidades (SCHMITZ, MOTA, 2007).

Nesse contexto, nota-se que os agricultores e empreendedores rurais com produção agrícola excedente ao consumo próprio, que não se enquadram nas condições previstas na Lei nº 11.326/2006 são insertos na categoria de agricultores não familiares, patronais ou comerciais. Os estabelecimentos não familiares englobam as terras públicas e os médios e grandes estabelecimentos, que, em razão da limitação de área, da renda, e do tipo de mão-de-obra, não se enquadram na referida lei.

3 O NOVO RURAL E A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO

A visão sobre o meio rural brasileiro, no final do século XX, refletia que não era considerado exclusivamente agrícola, uma vez que apresentava variadas dimensões, desassociando-se do modelo puramente agrário/agropecuário, passando a abranger outros tipos de atividades, dentre elas, as não agrícolas, como as atividades industriais, de comércio e de serviços. A industrialização da agricultura, por meio dos complexos agroindustriais, integrou essa atividade ao restante da economia, vinculando-se aos setores que lhe fornecem insumos e adquirem seus produtos. A agricultura passa a ser apenas uma das atividades desenvolvidas no espaço rural.

O surgimento do termo "Novo Rural" brasileiro decorre desse processo de modernização conservadora da base tecnológica da agropecuária, urbanizando o meio rural. Nas ideias de Silva (1997), o rural passa a ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial e da organização da atividade econômica, os campos não se resumem a atividades de agricultura e pecuária e as cidades não são identificadas apenas pela prática industrial.

O rural deixa de ser visto como "sinônimo de atraso", assim, essas mudanças espaciais, econômicas e demográficas favorecem a aproximação entre o urbano e o rural, reduzindo os contrastes no mercado de trabalho, e fomentando a prática de atividades não agrícolas (SILVA, 2001). O conceito de rural passa a ser definido pela sua natureza territorial e não setorial, levando em consideração aspectos não só geográficos, mas também sociais, econômicos e culturais (ABRAMOVAY, 2000).

O novo paradigma que surge com a pós-industrialização, altera concomitantemente a natureza da tecnologia e as formas de organização industrial e do processo de trabalho. A semelhança existente entre o novo e o velho rural consiste na sua heterogeneidade, não sendo possível generalizar situações locais específicas, novas formas de destruição dos recursos naturais surgem concomitantemente ao surgimento de novas formas de trabalho, de natureza agrícola ou não agrícola.

No dizer de Silva (2001), emergiu um Novo Rural, composto pelo *agribusiness* e por novos sujeitos sociais, como os neo-rurais, os moradores de condomínios rurais de alto padrão, os loteamentos clandestinos de abrigamento de empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário-mínimo que recebem. Além disso, o autor cita a grande quantidade de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não agrícolas, bem como os *sem-sem*, caracterizados por serem excluídos e desorganizados, que não tem acesso a direitos básicos, como emprego, moradia, saúde e educação, além de não possuírem terras e estarem desprovidos de representatividade.

Tal processo de "rurbanização" seria composto pelas atividades do agronegócio, assentada nas *commodities* e ligada às agroindústrias, por um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas a atividades industriais e de prestação de serviços, bem como à moradia e ao lazer, além do conjunto de novas atividades agropecuárias impulsionadas por nichos de mercado (SCHNEIDER, 2010).

Com a crise econômica que se intensificou na década de 1980, a dinâmica populacional do meio rural brasileiro foi modificada, diante da queda constante da população economicamente ativa que ocupava exclusivamente as atividades agrícolas. Com o avanço tecnológico na agricultura, a força de trabalho foi minorada, buscou-se mão-de-obra mais especializada, elevando-se os níveis de desemprego e desocupação, assim, ampliou-se a população rural em condições de pobreza e vulnerabilidade social (SILVA, 1997).

O movimento de mudanças no mundo rural contemporâneo, devido a transformações nos campos político, econômico e social, especificamente relacionado às atividades laborais, denota um decréscimo de empregos, o crescimento de trabalhos temporários e sazonais, além das atividades informais e autônomas, sem vínculo empregatício. Os fatores disponíveis aos agricultores não propiciavam o retorno necessário para superar a condição de vulnerabilidade.

A emergência de novas funções no âmbito rural e a perda da regulação setorial demandam novas formas de regulação públicas e privadas. A solução para esse conjunto de fatores, em um primeiro momento, poderia se dar pela geração de oportunidades de trabalho e outras fontes de renda, principalmente não agrícolas, bem como com a criação e implementação pelo governo de políticas sociais e compensatórias, como a reforma agrária, programas destinados à segurança alimentar e ao combate à fome. Além disso, esse novo cenário demandaria políticas de habitação, de turismo rural, de prestação de

serviços pessoais, de preservação ambiental, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas, bem como uma melhor regulamentação e regulação das relações trabalhistas, e uma urbanização do rural, contando com planejamento e infraestrutura local (SILVA, 2001).

Os domicílios rurais, sendo eles agrícolas e não agrícolas desenvolvem múltiplas atividades econômicas, e, com o desenvolvimento das economias rurais, a agricultura perde lugar de destaque na área rural, bem como os empreendimentos agropecuários encontram espaço no meio urbano. É necessária uma definição espacial das áreas rurais, já que não cabe mais uma definição setorial. Dessa forma, a unidade de análise não se resume aos sistemas agrários nem aos sistemas alimentares, mas sim às economias regionais, especificamente, àquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Nesse sentido, o desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele (ABRAMOVAY, 2000).

Nesse enfoque, em que as atividades agrícolas passam a ser transformadas pelas atividades não agrícolas, busca-se uma redemocratização desse espaço rural. A incorporação de atividades tipicamente urbanas, representando fonte de renda complementar para a população rural que dependia exclusivamente da atividade da agricultura, fomentando a competitividade, contribui para melhorar as oportunidades e condições de vida dessa categoria social, pois a pluriatividade é fortalecida no espaço rural, gerando, assim, plurirrendimentos.

No mundo rural dos países desenvolvidos, o paradigma "pós-industrial" consolidou como um ator social o agricultor em tempo parcial, denominado *part-time farmer*. Nessa perspectiva caracteriza-se por combinar atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, exercendo, assim, a pluriatividade. Tais atividades podem incluir as tradicionais urbano-industriais e atividades recentes que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais. O *part-time farmer* passa a ser compreendido como um trabalhador autônomo que concilia diversas formas de ocupação, sejam assalariadas ou não (SILVA, 1997).

Dessa forma, a mudança multidimensional do meio rural desencadeia o surgimento das famílias pluriativas, as quais combinam atividades agrícolas e não-agrícolas e promovem a integração intersetorial (agricultura com comércio e serviços) e interespacial (rural com urbano) (SCHINEIDER, 2010).

4 PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS

Com as transformações ocorridas no meio rural brasileiro, nos aspectos que permeiam o que se entende como Novo Rural, reestruturou-se a economia e a produção, modificou-se o papel das instituições e das ações governamentais e a industrialização ganhou força, transformando a estrutura do espaço urbano e do espaço rural. Ademais, notam-se alterações nos mercados de trabalhos rurais, representando novos modos de ocupação da força de trabalho (SCHNEIDER, 2007).

Conforme ensina Schneider (2005), o rural não se define mais como o *locus* específico das atividades agrícolas e as variadas formas de complementação de renda e ocupação em atividades não agrícolas favorece, ao longo dos anos, a estabilização da renda dos membros dos trabalhadores que residem no campo. Assim, o exercício de outras atividades enseja a complementação do orçamento dos trabalhadores rurais e inibe o êxodo rural, não sendo mais preciso deixar o meio rural para encontrar um emprego.

As redefinições do rural no campo social e econômico implicam a emergência de novas formas de trabalho e fontes de renda para os agricultores. Surge uma agricultura pluriativa e versátil, os pequenos e médios estabelecimentos rurais passaram a desempenhar atividades diferenciadas para sua manutenção, ao passo que os grandes proprietários utilizam dos seus aparatos tecnológicos e mão-de-obra especializada (SCHNEIDER, 2003).

Partindo de estudos da situação agrícola mundial, no Brasil, a mão de obra agrícola se situa cada vez mais direcionada a atividades não agrícolas e atividades relacionadas com a agricultura fora do estabelecimento, disseminando, assim, a pluriatividade intersetorial, que denota uma multifuncionalidade nas famílias agropecuárias brasileiras (ESCHER *Et al.*, 2015).

De forma objetiva, a pluriatividade se manifesta na combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura, assim, relaciona atividades agrícolas e não agrícolas. A complexidade e a diversificação das relações entre os agricultores e o

ambiente social e econômico em que estiverem situados revela que o fenômeno da pluriatividade é heterogêneo e diversificado, estando associado às estratégias sociais e produtivas do trabalhador rural. Assim, a heterogeneidade em que se insere o meio rural permite que ele seja espaço de moradia, lazer, turismo, comércio, negócios, prestação de serviços, manufaturas, artesanatos, dentre outras atividades.

Schneider (2005) aponta cinco fatores principais para essas mudanças que desencadearam o crescimento da pluriatividade. O primeiro seria a modernização tecnológica e seus efeitos sobre a individualização da agricultura e externalização de etapas dos processos produtivos. Nesse primeiro aspecto, visualiza-se que a tecnologia faz com que a mão-de-obra das famílias rurais se torne cada vez mais dispensável, aumentando-se a ocupação dos membros em atividades não agrícolas.

Um segundo ponto seria a queda das rendas agrícolas, decorrente do aumento dos custos de produção agrícola, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas. Com a Revolução Verde, a produtividade agrícola aumentou e se modernizou, diante da utilização de maquinários, novas estruturas e diversas técnicas de produção, realidade que proporcionou o aumento do capital dos agricultores, no entanto, a rentabilidade da atividade nem sempre acompanhou esse crescimento. Dessa forma, os custos da produção aumentavam, mas os preços dos produtos estagnavam, diminuindo os ganhos desses produtores, razão pela qual buscou-se o complemento de renda em atividades não agrícolas (SCHNEIDER, 2005).

Outro fator preponderante seria a implementação de políticas de estímulo às atividades rurais não agrícolas de geração de emprego e contenção das migrações campo-cidade. Diante da queda das rendas do setor agrícola e o cenário do desemprego, políticas públicas foram desenvolvidas a fim de gerar oportunidades de emprego em outras atividades, bem como amenizar problemas de superprodução e os impactos ambientais (SCHNEIDER, 2005).

As mudanças no mercado de trabalho também fomentam a expansão da pluriatividade no meio rural, relacionando a industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não agrícolas nos espaços rurais. Por fim, Schneider (2005) aborda que a pluriatividade é uma característica intrínseca nas unidades de agricultura familiar, uma vez que não decorre apenas das transformações macroestruturais na agricultura, fazendo parte também do modelo de trabalho dos membros de uma família rural.

Nas palavras de Silva (1997), a pluriatividade pode ser representada por meio de

um mercado de trabalho que relaciona desde a prestação de serviços manuais até o emprego temporário nas indústrias tradicionais (agroindústrias, têxtil, vidro, bebidas etc.), bem como a combinação de atividades tipicamente urbanas do setor terciário como gestor das atividades agropecuárias.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2005, que, dentro outros assuntos, tratou da agricultura e as políticas de redução da pobreza rural, expôs que tanto o incremento da produção de alimentos, quanto a geração de ocupações não agrícolas, devem ser consideradas estratégias complementares. Assim, as atividades não agrícolas fomentam o bem-estar no meio rural, ajudando a reduzir o desemprego e a sazonalidade das ocupações, minorando a migração rural-urbana e permitindo o acesso a bens, alimentos e serviços, reduzindo a pobreza no setor agrícola (OIT, 2005). Em relatório mais recente da OIT, em 2017, compreendeu-se como um dos impulsionadores da vulnerabilidade rural a ausência de diversificação das oportunidades econômicas e de fontes de rendimento, que tornam as pessoas dependentes da agricultura (de subsistência) e potencialmente vulneráveis à tensão ambiental (OIT, 2017).

Nesse viés, o papel da pluriatividade no desenvolvimento rural alcança algumas diretrizes, como a elevação da renda familiar no meio rural, a estabilização da renda e redução da sazonalidade dos ingressos, diante dos imprevistos climáticos e de mercado, a diversificação das fontes de ingresso, contribuição na geração de emprego no espaço rural, a diversificação da economia local e desenvolvimento dos territórios rurais, a redução das migrações campo-cidade, o estímulo às mudanças nas relações de poder e gênero e o apoio à multifuncionalidade do meio rural (SCHNEIDER, 2007).

Cumpre destacar que a pluriatividade, a diversidade de fontes de rendas e receitas, bem como as dinâmicas dos mercados de trabalho, estão insertas na realidade da agricultura familiar e não familiar.

Para compreender a perspectiva da pluriatividade perante a agricultura familiar, é necessário assimilar se o crescimento da diversificação das atividades econômicas dos indivíduos e das famílias domiciliadas no meio rural é uma característica estrutural desse seguimento agrícola ou se constitui como uma estratégia de produção diante de certo contexto ou conjunto de oportunidades.

Pode-se dizer que, considerando a situação social em que se insere, parte dos membros das famílias com domicílio rural executa um conjunto de atividades econômicas e produtivas, agrícolas e não agrícolas, dentro ou fora das propriedades. Essa conjuntura contribui para que a forma familiar de organização do trabalho e da produção busque

novos mecanismos de garantia de sua reprodução material, além da ampliação de sua importância na estrutura social (SCHNEIDER, 2009).

Tal situação considera as dimensões econômicas e materiais das unidades familiares, bem como o fator de exclusão da divisão social do trabalho ao qual estão sujeitos esses produtores, seja em razão de iniciativas individuais e/ou familiares ou decorrentes de condicionantes estruturais, como a pressão do mercado de trabalho. Assim, a ocorrência dessa diversidade de atividades está focalizada na organização do processo produtivo, na destinação da força de trabalho familiar, no investimento das rendas obtidas e nas relações de gênero, denotando que essa categoria possui capacidade de se adaptar e traçar estratégias a fim de garantir sua reprodução social (SCHNEIDER, 2009).

Historicamente, no século XX, com a intensificação do desenvolvimento tecnológico no meio rural, o crescimento da produção beneficiou desigualmente os produtores, desconfigurando o modelo clássico de agricultura familiar, fazendo com que fosse necessário a adaptação e aproveitamento de novas oportunidades de trabalho. Assim, além da diversidade de alternativas de renda nos insumos da agricultura e seus derivados, os membros da família passaram a complementar suas rendas em atividades fora do estabelecimento rural, permitindo à agricultura familiar operar uma escala de empreendimento muito maior (LOPES, 2005).

Em que pese inserida em um contexto histórico à margem do desenvolvimento brasileiro, no qual o agronegócio tem avançado no mercado, modificando a formação da força de trabalho no campo e fomentando a industrialização extensiva, a agricultura familiar ganha evidência na produção agroalimentar e também não agrícola, motivando a ocupação rural, a geração de emprego e de renda e a transformação social e cultural nesse meio, diminuindo a pobreza e a migração desse setor agrícola para os centros urbanos (HENIG, 2019).

Assim sendo, a pluriatividade na agricultura familiar é mais intensa e apresenta um outro dinamismo econômico, sustentado na capacidade de inovação dos agricultores familiares e a interação deles com as instituições locais. Assim, tal seguimento social passa a desenvolver uma capacidade empreendedora e inovadora, uma vez que, sendo pequenos produtores e proprietários, donos de seus meios de produção, precisam fazer escolhas e desenvolver habilidades em face aos desafios que lhe são colocados pelo ambiente social e econômico em que vivem (SCHNEIDER, 2010).

Nessa conjuntura, alguns fatores podem contribuir para o fenômeno da pluriatividade no âmbito familiar, como a quantidade de membros das famílias e o seu

baixo nível de escolaridade, a menor disponibilidade de terras para produção, que tem como consequência uma menor produtividade, a faixa etária elevada dos agricultores, em razão de outras oportunidades de emprego e estudo para os jovens, bem como um limitado acesso à renda.

Ademais, desassociado do aspecto de vulnerabilidade, a busca por atividades diversas pode ocorrer por mudanças no estilo de vida, acesso a informações por diversos meios de comunicação, além de uma adaptação ao mercado consumidor.

Alinhado a esse pensamento, Schneider (2007) explica que a pluriatividade é apresentada como uma alternativa para os agricultores e suas famílias buscarem novas formas de empregos, aumento e diversificação das suas fontes de renda, dando a eles estabilidade, reduzindo a pobreza e a vulnerabilidade no espaço rural. Outrossim, a pluriatividade conferirá uma nova atribuição ao espaço rural, passando a ser um espaço multifuncional.

Para Fuller (1988), a pluriatividade varia de forma expressiva conforme as situações de espaço e tempo, não obstante, tenha a particularidade de promover uma interação entre a agricultura, a unidade familiar e o mercado de trabalho.

Diante disso, as unidades familiares se individualizaram no que diz respeito à gestão produtiva, liberando os membros da família para buscarem outras atividades, outrossim, os membros da família que já trabalhavam individualmente ou por conta-própria reduziram o tempo dedicado às atividades agropecuárias em busca de outras atividades rurais ou urbanas que lhes assegurassem maior nível de renda.

O crescimento das atividades rurais não agrícolas, de empregos qualificados no meio rural, como profissões técnicas e administrativas, também são fatores da pluriatividade. Nessa perspectiva, pode-se citar a venda de mão de obra em outras propriedades, o comércio ou a prestação de serviços em estabelecimentos de hospedagens, restaurantes e locais de lazer.

Nesse contexto, a pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola se encontra sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante. Outras atividades podem ser assumidas com o objetivo de sustentar ou de dar suporte à unidade doméstica, podendo também ser motivadas por considerações não-relacionadas à agricultura.

> Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com

> variáveis como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e tendências de tais fenômenos (SCHNEIDER, 2005, p. 27).

O fenômeno da pluriatividade se desenvolve como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores localizadas em áreas rurais onde sua articulação com o mercado ocorre por meio de atividades não agrícolas ou para-agrícolas. Desse modo, a implementação de políticas públicas destinadas à pluriatividade na unidade produtiva rural viabiliza o desenvolvimento do local e contribui para a resolução de problemas, como a pobreza, desencadeando uma elevação e diversificação das fontes de renda familiar, sua estabilidade, bem como a redução no êxodo rural (HENIG, 2019).

Verifica-se que, havendo pluriatividade, passam a existir os plurirrendimentos, que se firmam como as distintas fontes de rendas e receitas auferidas pelos estabelecimentos agropecuários, o que pode proporcionar estabilidade e flexibilidade financeira.

Essa multiplicidade das atividades rurais agrícolas e não agrícolas implica também a diversificação das fontes de renda, remuneração e receitas das unidades agrícolas familiares e não familiares. Dessa forma, há a acumulação de rendimentos oriundos não só da agricultura, e da exploração de outras atividades, mas também de outros tipos de renda, seja oriunda de aposentadoria, pensão, transferências, benefícios governamentais etc., diversificando a fonte de renda de produtores e membros das famílias rurais.

Importante mencionar que os termos renda e receita não se confundem. A renda compreende o valor da remuneração dos fatores ou meios empregados na atividade agropecuária, sendo necessário deduzir do valor total da produção, os seus custos, a desvalorização, os juros e descontos, sem excluir outros componentes. No que tange à receita, configura-se como o ingresso de capital circulante líquido, podendo ser mensurada a dimensão da sua contribuição (SCHNEIDER, 2015).

Diante de um novo padrão de relações sociais, demográficas, espaciais e ambientais, bem como pelas condições econômicas e local, os plurirrendimentos compreendem a busca de receitas complementares pelos seguimentos de agricultores, partindo da necessidade de busca de mais opções de trabalho e renda, visando uma proteção familiar em situações de risco ou vulnerabilidades, além de uma estabilidade e melhores condições de vida.

Essas variadas fontes de renda e de receitas alcançam os pluriativos das categorias de agricultura familiar e agricultura não familiar. Nesse contexto, acumula-se rendimentos oriundos não só da agricultura, e da exploração de outras atividades, mas também receitas oriundas de aposentadoria, pensão, transferências, benefícios governamentais, dentre outros.

Dentro desse recorte, nota-se uma articulação entre atividades agrícolas e atividades não agrícolas e a variação de renda entre as famílias rurais brasileiras. Essa expansão da ocupação da população rural em atividades não agrícolas incentiva estudos acerca da pluriatividade, não só numa análise da relação entre atividades agrícolas e não agrícolas na agricultura familiar e seus efeitos nas economias locais, mas também no estudo das mudanças econômicas, ocupacionais e espaciais no mercado de trabalho e a ocupação dos membros. A pluriatividade é vista na literatura especializada como uma espécie de baluarte para a agricultura familiar ao elevar a renda média domiciliar, evitando o êxodo rural, entre outras virtudes (CAMPANHOLA; SILVA, 2000; SILVA, 1997; SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2009).

Seguindo os estudos de Schneider *Et al.* (2015), as receitas oriundas da pluriatividade no meio agropecuário podem ser classificadas em categorias, como as receitas agropecuárias, provenientes das vendas de produtos de origem animal e vegetal, as receitas oriundas da comercialização de outros produtos, as receitas procedentes da agroindústria rural e de outros produtos.

Além disso, esses autores reforçam que também está incluído um conjunto de fontes de receitas que não se relacionam com as atividades produtivas, sejam elas agrícolas e não agrícolas, quais sejam, as receitas de aposentadorias e transferências, que abrangem os benefícios governamentais e políticas redistributivas, como a aposentadoria e pensões e programas sociais de transferência de renda, as receitas de outras fontes, cujo ingresso monetário advém de doações ou sacrifícios patrimoniais, como os desinvestimentos (ESCHER *Et al.*, 2015).

Cita-se, ainda, as receitas do trabalho, incluindo a remuneração pelo exercício de atividades associadas à pluriatividade agrária, bem como as receitas de atividades não agropecuárias, que se vinculam a uma pluriatividade intersetorial, como salários auferidos fora do estabelecimento e turismo rural, sendo essas três últimas menos representativas (ESCHER *Et al.*, 2015).

No campo teórico, constata-se que grande parte dos estudos aponta a pluriatividade como uma característica intrínseca e específica do seguimento da

agricultura familiar, não sendo abordada na agricultura patronal ou empresarial. Dentre alguns fatores, pode-se citar que a noção de pluriatividade evoca a compreensão das formas pelas quais a produtividade e explorações de caráter familiar se portam perante as adversidades do ambiente social e econômico em que estão inseridas. Além disso, considera-se a forma como reagem diante das pressões internas para garantir o atendimento das necessidades materiais do núcleo familiar (SCHNEIDER *Et al.*, 2015).

No que diz respeito à agricultura não familiar, Silva (1997) atribui tal fenômeno ao crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias, além dos programas de redução das áreas cultivadas e/ou extensificação da produção agropecuária, que contribuíram para a ocorrência de transformações relevantes nas atividades agropecuárias.

Além disso, a pluriatividade nos estabelecimentos agropecuários não familiares pode estar associada ao fato de algumas propriedades pertencerem a pessoas que ocupam outras atividades econômicas, como profissionais liberais que se encontram domiciliados no meio rural e laboram nas imediações urbanas (médicos, dentistas, advogados, etc.), profissionais das ciências agrárias, aqueles que são proprietários de estabelecimentos rurais e lá exercem atividades econômicas, utilizando, de modo geral, mão-de-obra contratada. (SCHNEIDER *Et al.*, 2015).

Os estudos de Escher *Et al.* (2015) somam ao compreender que pode ocorrer, ainda, a possibilidade de que muitos desses estabelecimentos não familiares configurem sítios ou chácaras utilizados como local de lazer e residência de grupos sociais que não se enquadram como agricultores, identificados como “neo-rurais”, não constituindo, assim, uma unidade de produção agropecuária pluriativa. O meio rural passa a compreender uma nova função, ser espaço de moradia, lazer e negócios por pessoas que não são agricultores familiares.

> No caso da agricultura propriamente patronal, em que o proprietário e sua família dificilmente residem no meio rural, seria equivocado chamar de pluriatividade o fenômeno de diversificação das ocupações que surge pela sua inserção em distintos ramos econômicos (agricultura, indústria, comércio, finanças) que caracterizam o negócio capitalista, no qual o empresário busca diversificar sua carteira de ativos de acordo com as taxas diferenciadas de rentabilidade do capital que administra. Ou talvez mesmo no caso na agricultura empresarial, como ocorre com os profissionais liberais ou profissionais das ciências agrárias, em que não se trata de pessoas cujo principal meio de vida e fonte de renda provém da agricultura ou de outras atividades não agrícolas realizadas no meio rural (SCHNEIDER *Et al.*, 2015, p. 651).

Teorizar a incidência da pluriatividade em estabelecimentos agropecuários não

familiares se firma na heterogeneidade e diversidade do meio rural brasileiro, que foi historicamente constituído por “espaços diferenciados”, que correspondem a distintas formas sociais, como pequenos e grandes propriedades rurais, e se caracteriza tanto por velhas como novas e emergentes formas de ruralidade (WANDERLEY, 2004).

A pluriatividade se apresenta então como um fator potencial para promover estratégias sustentáveis de diversificação do modo de vida dos agricultores, ampliando suas condições de reprodução social e econômica, garantindo sustentabilidade. Nesse viés, verifica-se a importância da pluriatividade para a implementação, no Brasil, de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Schneider (2007) invoca que por meio da pluriatividade é possível criar iniciativas que visem a combater e erradicar a pobreza no meio rural, como políticas de caráter compensatório ou assistencial, gerando oportunidade de trabalho e renda. Além disso, explica que a pluriatividade representa uma alternativa de diversificação produtiva, ocupacional e de geração de ingressos para os agricultores e suas famílias, notadamente os que se firmam em regiões que vivenciaram um intenso processo de modernização agrícola. Desse modo, estimular a diversificação das atividades e as ocupações não agrícolas contribui para a ampliação das fontes de renda e, consequentemente, a redução da dependência e da vulnerabilidade dos agricultores.

Acrescenta, ainda, que, em razão da mecanização tecnológica na agricultura, a pluriatividade é capaz de gerar mecanismos para manter a população no meio rural, evitando a migração, na maioria de de jovens e mulheres, que não conseguem emprego e ocupação na agricultura. Explana que a pluriatividade tem potencial contribuição para as políticas fundiária e com os assentamentos de reforma agrária, assim, é vista como uma estratégia para geração de empregos e rendas complementares não agrícolas nos assentamentos rurais, principalmente para a população que não consegue ou não deseja trabalhar na atividade agrícola (SCHNEIDER, 2007).

A pluriatividade, na visão de Schneider (2007), também se destaca no estímulo de políticas públicas destinadas ao estímulo dos direitos afirmativos das mulheres e jovens, reconhecendo a importância do trabalho feminino e conferindo maior visibilidade e reconhecimento a atividades que são fundamentais na reprodução social das famílias. Ademais, a pluriatividade serviria para desconstruir o antagonismo entre o agrícola e o rural e entre a agricultura familiar e o agronegócio, permitindo a conexão entre as políticas agrícolas (crédito, assistência técnica, sanitárias e de abastecimento) e as políticas de desenvolvimento rural, como o beneficiamento e transformação da produção, geração de

empregos não agrícolas, habitação rural, artesanato, preservação ambiental etc.

Não menos importante, cita-se que uma das razões para as políticas públicas estimularem a pluriatividade se fundamente na potencialidade em dinamizar as economias locais, fomentando processos de diversificação econômica, formando as economias de escopo.

> Nesse contexto, a pluriatividade poderia ser parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento alternativa para muitas áreas rurais que ficaram alijadas do processo de modernização agrícola ou onde este ocorreu de forma parcial e incompleta. Nessas regiões, o estímulo à diversificação das atividades produtivas pode ser um caminho alternativo às soluções que preconizam resignadamente que não há esperança fora da integração agroindustrial produtivista (SCHNEIDER, 2007, n.p.).

Diante disso, nota-se que muitas são as razões pelas quais a pluriatividade deve ser valorizada e estimulada pelas políticas de desenvolvimento rural no Brasil, pautando-se nas questões da segurança alimentar e nutricional e sustentabilidade ambiental, para construção de uma sociedade mais justa, capaz de erradicar mazelas e promover condições dignas de vida.

5 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA

No âmbito da agricultura brasileira, com o passar dos anos, demandou-se uma participação mais ativa do Estado, com intervenção no processo produtivo, dentre outras formas, por meio da formulação e implementação de políticas públicas. A intervenção do poder público mudou a direção da agricultura após a Constituição Federal de 1988 e englobou tanto o setor agrícola familiar, quanto o não familiar.

No Brasil, as políticas públicas para o espaço rural sempre tenderam a priorizar a agricultura patronal. Durante o período de modernização agrícola, as políticas públicas governamentais privilegiavam os médios e grandes produtores, os quais detinham recursos financeiros para alcançar o padrão tecnológico imposto, orientado para a expansão do complexo agroindustrial (DE SOUZA *Et al*., 2011).

De Souza *Et al*. (2011) ensinam ainda que, para os agricultores familiares, a falta de apoio da política governamental, de assistência técnica, de condições físicas e financeiras, enseja a predominância do uso de tecnologias tradicionais, pouco intensivas em insumos e recursos financeiros. Tal seguimento conta com o emprego de força manual em suas atividades e os processos produtivos são intensivos em mão-de-obra não assalariada, em sua grande maioria, e tem sua subsistência assegurada no próprio estabelecimento, carecendo de menos financiamentos para o custeio da produção o que, ao mesmo tempo, dificulta a inserção desse segmento no padrão tecnológico dominante da agricultura nacional.

Segundo os estudos de Mattei *Et al.* (2020), no Brasil, nas décadas de 1980 a 1990, reduziu-se o investimento público, com menor suporte ao crédito, sem priorizar as infraestruturas e as políticas distributivas, cenário que foi mitigado nos anos 2000, período em que o Brasil retomou medidas ajustadas à participação governamental no setor agrícola. Para tanto, fora ampliada a abertura do mercado brasileiro ao exterior a partir de acordos no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), estimulada pela

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e pelos grandes *players* globais do setor.

Pode-se citar, também, a expansão da fronteira agrícola centralizada na produção em larga escala, deslocando os investimentos e tecnologias para as áreas do Centro-Oeste, notadamente nos biomas Cerrado e Amazônia, com destaque para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outro fato que estimulou a consolidação de políticas públicas foi o estudo acerca da segurança alimentar, da inclusão social, da preservação ambiental e da necessidade de políticas públicas destinadas ao pequeno produtor (MATTEI *Et al.*, 2020).

O Estado atuou ativamente, no Brasil, por meio de certas medidas, podendo-se citar a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social (MDA), que foi extinto em 2019, a criação de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros Programas de apoio à comercialização e agroindustrialização. Mattei *Et al.* (2020) acrescenta, ainda, o fortalecimento de sistemas de redução de riscos à produção agropecuária, a estruturação e a modernização dos sistemas de vigilância, inspeção e fiscalização e a estruturação de programas para a agricultura sustentável.

Mattei *Et al.* (2020) explica, ainda, que as políticas públicas voltadas à agricultura não são direcionadas exclusivamente à produção, há, também, o escopo de reduzir a heterogeneidade estrutural e dar condições para que a heterogeneidade produtiva não seja condicionada à falta de oportunidade e equidade entre os produtores, mas que decorra de escolhas e desempenhos, devendo ser avaliadas continuamente.

A propagação de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural no Brasil extrapola a função produtiva e tem como escopo a redução das desigualdades, promovendo a inclusão socioeconômica dos agricultores, com destaque para a garantia da segurança alimentar dos agricultores familiares, em razão da vulnerabilidade social da categoria.

As políticas públicas destinadas à agriculta familiar são implementadas em diferentes períodos, conforme a necessidade da categoria. Para os pequenos produtores do setor rural, na década de 1970, foram constituídos programas especiais de políticas agrícolas, dentre eles, o Projeto Nordeste, o qual incluía o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), criado para erradicar a pobreza absoluta no meio rural por meio do fomento à produção e produtividade, com ações fundiárias, geração e difusão de

tecnologias, assistência técnica e extensão rural, comercialização, abastecimento, recursos hídricos e apoio às comunidades rurais. No entanto, a elaboração destas políticas para a pequena produção não contou com a participação da agricultura familiar (GRISA, 2010).

No contexto histórico brasileiro, tem-se que, na década de 1990, fora criado o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAPE) e, na sequência, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), por meio do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, ofertando crédito rural em condições distinta aos agricultores familiares.

Tal programa marcou o reconhecimento oficial da agricultura familiar no Brasil (BRASIL, 1996), e abarcou a necessidade de delinear políticas diferenciadas de desenvolvimento rural que contemplassem as especificidades socioeconômicas dessa categoria (GRISA, 2010).

Para tanto, a proposta de investimento do programa delineava a recuperação e implementação da infraestrutura necessária aos pequenos estabelecimentos rurais, redefinindo os sistemas de produção, capacitando os agricultores para competir no mercado e fomentando o aprimoramento profissional. Ademais, buscou-se adequar o nível da tecnologia, a fim de reduzir os custos de produção e aumentar a qualidade e produtividade agrícola, além disso, preocupou-se com a segurança alimentar do país, com o aumento da produção de alimentos. O desenvolvimento sustentável também permeou o programa, visando a conservação das águas, dos solos e outros recursos naturais, fixando a agricultura familiar no campo a fim de evitar o êxodo rural (BIANCHINI, 2015).

O Pronaf se torna um instrumento governamental com potencial para aumentar as possibilidades de investimentos dos agricultores familiares, por meio da oferta de linhas de crédito, sendo um importante apoio às atividades produtivas, seja no comércio no setor agropecuário, industrial, de comércio ou de serviços, capaz de gerar renda e melhorar as condições de vida no meio rural (GRISA; SCHNEIDER, 2015). Para a agricultura familiar, o crédito para as atividades agropecuárias é direcionado à produção de produtos agropecuários destinados direta ou indiretamente à alimentação.

Nas palavras de Pasqualotto *Et al.* (2019), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, bem como possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. O acesso a tal

programa depende do direcionamento do crédito, seja para o custeio da safra ou da atividade agroindustrial, seja para o investimento em máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção e serviços agropecuários ou não agropecuários.

Com a criação do Pronaf, fez-se necessário, ainda, esclarecer as categorizações e classificações adotadas para os grupos de agricultores familiares. Um dos critérios utilizados pelo Programa para a caracterização da Agricultura Familiar foi a renda bruta familiar, dada pela soma da renda agrícola e não agrícolas dos estabelecimentos e das rendas não agrícolas obtidas fora do estabelecimento. Para que o agricultor se beneficie dessas políticas, é comum se estabelecer um teto de renda familiar, definido pelo Poder Executivo, bem como que haja predomínio das rendas provenientes dos estabelecimentos rurais. Nesse sentido, nota-se que o Pronaf passou a destinar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias (BIANCHINI, 2015).

Bianchini (2015) explica que, segundo a Resolução do Bacen nº 2629, de 10 de agosto de 1999, o Pronaf passa a diferenciar o atendimento aos agricultores familiares em quatro grupos. O grupo A composto por assentados da Reforma Agrária e pelos beneficiários do Crédito Fundiário, o grupo B constituído por agricultores com renda bruta familiar abaixo da linha da pobreza, o grupo C formado por agricultores familiares em transição com baixo nível de capitalização e renda brita familiar, e o grupo D, que compreende os agricultores familiares mais capitalizados.

Por meio do decreto nº 3.338 de 14 de janeiro de 2000, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tendo em sua estrutura organizacional a Secretaria da Agricultura Familiar e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável. O MDA, extinto em 2016, teve suas competências transferidas para o Ministério do Desenvolvimento Social. Criou-se, ainda, o grupo E, constituído por agricultores familiares situados no patamar da reprodução ampliada. Posteriormente, os grupos C, D e E foram extintos e o PRONAF passa a contemplar os agricultores familiares do grupo A (assentados da reforma agrária e do crédito fundiário), do grupo B (agricultores familiares abaixo da linha de pobreza) e do grupo V (demais agricultores) (BIANCHINI, 2015).

Na obra de Mattei (2014), salienta-se que existe uma categorização que identifica distintos grupos de agricultores familiares, de acordo com o nível da renda bruta familiar anual. Essa classificação permite adequar as regras de financiamento com a realidade de cada grupo e assim propor financiamentos que sanem as deficiências de cada segmento social. Tal categorização prevista pelo Pronaf pode ser classificada em agricultura

familiar Grupo B (Pronaf B), com renda bruta anual até R$ 20 mil, agricultura familiar Grupo V (Pronaf V), com renda bruta anual de R$ 20 mil até R$ 360 mil, e agricultura familiar não Pronaf, com renda bruta anual acima de R$ 360 mil.

Além disso, considerando a tipologia trazida pelo IBGE, tem-se que os agricultores familiares não Pronafianos são aqueles que possuem os pré-requisitos para serem considerados agricultores familiares, mas não são beneficiários do Pronaf, seja pela inadimplência, restrição cadastral, assistência técnica e extensão rural, exigências documentais ou desconhecimento das normas do Programa (LIMA; MEDEIROS; SILVA, 2019). Por sua vez, os agricultores do tipo não familiar ou patronal não se enquadram em nenhuma das categorias do Pronaf definidas em lei.

O Programa Fome Zero surgiu no cenário brasileiro como umas das ações estruturantes do Pronaf e passou a destinar recursos a esses agricultores (SCHNEIDER, 2014). O Programa Vida Digna no campo também uniu políticas de segurança alimentar e inclusão social com o fortalecimento da agricultura familiar, tornando tal categoria uma prioridade do governo. Tais programas seguem como extensão do Pronaf, e, a cada Plano Safra, além das medidas de crédito do programa, foram anunciadas medidas de políticas agrícolas e sociais para consolidar uma política diferenciada e multifuncional para a agricultura familiar (BIANCHINI, 2015).

Outros instrumentos de política agrícola passaram a ser destinadas às unidades familiares, fortalecendo os elos da cadeia produtiva, em razão de ser um importante provedor de produção de alimentos em âmbito mundial. Tal estrutura propulsiona, consequentemente, o desenvolvimento econômico, principalmente, por meio de incentivos advindos de políticas públicas.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pela Lei nº 10.696/2003 e modificado pelo Decreto nº 7.775/2012, vinculado ao programa governamental denominado “Fome Zero”, fomentou políticas de segurança alimentar e nutricional, com o fito de adquirir produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar, como a distribuição de alimentos para a população mais vulnerável socialmente (GRIZA; SCHNEIDER, 2015). Com isso, possibilitou o acesso à população à alimentação e apoiando o fortalecimento da agricultura familiar (BRASIL, 2003; BRASIL, 2012).

No ano de 2006, foi publicada a Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2006), que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, que possibilitou a enumeração da agricultura familiar no Censo Agropecuário de 2006, sendo considerado o marco legal

para essa categoria social no Brasil.

Assim, o reconhecimento formal da categoria de agricultores familiares tem sua origem, sendo caracterizados como detentores da unidade de produção, que empregam força de trabalho predominantemente oriunda da própria família, estabelecendo que, ainda que a execução das atividades na unidade familiar se dê por pessoas contratadas, continua a ser considerada familiar. Tais agricultores são identificados como aqueles que desempenham atividades rurais com área não superior a quatro módulos fiscais, com o emprego de mão de obra familiar, renda composta por um percentual mínimo da agropecuária e gestão do estabelecimento a partir da unidade familiar (BRASIL, 2006).

Uma vez que esse setor corresponde a 76,8% do total dos agricultores no Brasil, de acordo com o *Censo Agropecuário de 2017* (IBGE, 2017), houve uma abrangência, dimensão e implementação de políticas públicas direcionadas a essa categoria de agricultores, sendo essencial para fomentar a produção e desenvolver o meio rural.

Posteriormente, houve a necessidade de se formular e implementar uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil, para tanto, implantou-se a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) por meio do decreto no 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, com o objetivo de redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e de promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, contendo atributos para as necessidades da agropecuária. O PNDR objetivava minorar as desigualdades regionais no país, além de explorar as potencialidades de desenvolvimento e variedades das regiões brasileiras, atuando nos territórios menos requisitados pelos agentes do mercado (RESENDE, 2015).

Outra política pública que se destaca nesse âmbito é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Lei nº 11.947/2009, o qual promove, por meio da alimentação escolar, um desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a aquisição de gêneros alimentícios para programas voltados a alimentação escolar de agricultores familiares possibilitaria novas relações de mercado e uma maior equidade no meio rural, além de incentivar o ingresso de renda para garantia uma segurança alimentar ao agricultor. Assim, tal investimento público potencializa a promoção da justiça social, saúde, desenvolvimento econômico e metas ambientais (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Pode-se dizer que o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aproximou a alimentação escolar da produção de alimentos pela agricultura familiar, auxiliando o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e uma segurança alimentar equilibrada e saudável a eles. Em que pese a

importância de tal programa, eles não conseguem abarcar plenamente todos os agricultores familiares, seja por questões burocráticas, seja pela falta de repasse dos créditos ou pela falta de articulação entre os programas (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, essas ações contribuem para o fortalecimento e garantia de melhores ingressos econômicos para a agricultura familiar, além de impulsionar e valorizar a produção agrícola de forma sustentável. Diante da importância frente aos projetos de desenvolvimento rural no Brasil, servem como apoio e canal de comunicação entre Estado e agricultores, contribuindo para a valorização da produção local/regional, ecológica/orgânica, redefinindo os produtos da agricultura familiar, e promovendo novos atributos de qualidade, como justiça social, equidade, cultura e tradição (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Com base nos censos agropecuários dos anos de 2006 e 2017, é possível identificar mudanças na dinâmica da agricultura brasileira. A promulgação da Lei nº 11.326/2006 viabilizou a identificação do número de estabelecimentos de agricultores familiares com base no Censo Agropecuário do IBGE do ano de 2006, sendo contabilizados 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares (IBGE, 2006; IBGE, 2017).

Com a realização do novo Censo Agropecuário no ano de 2017, a agricultura familiar foi novamente quantificada, com base em critérios já previstos, como gestão familiar, fonte do trabalho nos estabelecimentos, bem como a diferenciação dos pequenos produtores. Dessa forma, considerando que pequenos produtores e agricultores familiares não são sinônimos e que aqueles fazem uso de mão de obra contratada, tem-se que entre 2006 e 2017 perdeu pouco mais de 407 mil estabelecimentos no período (IBGE 2006; IBGE, 2017).

Entre os anos de 2006 e 2017, houve o crescimento da “classe média” entre os agricultores familiares, o que representou o aumento dos agricultores com maior renda, situados no Grupo V do Pronaf, contabilizando 1,1 milhão de produtores em 2017. Nessa perspectiva, houve a redução do número de agricultores familiares de menor renda, classificados no Grupo B do Pronaf, diminuindo cerca de 679 mil estabelecimentos no período, destacando-se aqueles que foram desclassificados devido ao crescimento de rendas auferidas fora do estabelecimento. A alteração no perfil da renda dos agricultores familiares é reflexo do aumento da pluriatividade entre as famílias rurais, desclassificando milhares de famílias pobres da agricultura familiar (GROSSI *Et al.*, 2019).

Atualmente, a política pública consubstanciada no Pronaf passou a ser

regulamentada por meio do Decreto nº 9.064/2017, que trata do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, definindo os beneficiários do Pronaf e qualificando os empreendimentos familiares rurais. Pasqualotto *Et al.* (2019) aborda que a criação do referido cadastro permite dimensionar os destinatários da agricultura familiar, compreendendo em detalhes a condição deles e suas necessidades, para melhorar a eficiência da execução das políticas públicas, sendo que, na ausência do cadastro, tais políticas são amparadas pela Declaração de Aptidão do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), a qual tem como escopo assegurar o acesso à política de crédito rural alicerçada ao Pronaf.

A Política do PNDR foi reformulada posteriormente, mediante o Decreto nº 9.810, de 2019, dando origem a uma segunda versão, denominada PNDR II, com a redefinição dos objetivos iniciais, buscando sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, bem como criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e de moradia (RESENDE, 2015).

No que tange à agricultura não familiar, observa-se investimentos públicos e privados, além da implementação de políticas públicas destinadas a esse tipo de agricultor (médio/grandes agricultores, produtores rurais, agropecuaristas, agronegócio, granjeiros, patronais – Políticas Sociais, 2011) e também para aqueles agricultores que não se enquadram na Lei da Agricultura Familiar (Brasil, 2006), cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a execução das políticas de desenvolvimento econômico (SCHEUER, 2019).

Posto isto, sucede que, no Brasil, foi necessária a formulação e implementação, pelo governo, de políticas públicas de oferta de crédito, visando dirimir as desigualdades inerentes à categoria de agricultores familiares. A escassez de terra, a falta de assistência técnica, a baixa disponibilidade de recursos financeiros podem ser fatores que limitam seu desenvolvimento, demandando a multifuncionalidade e pluriatividade dos estabelecimentos para o sustento e manutenção dos membros.

Em que pese tenha havido um crescimento na política de crédito rural orientada ao financiamento da agricultura familiar, tem-se que o volume de recursos destinados às unidades familiares por meio desses programas é muito inferior do que a quantidade de crédito rural ofertado a produtores e cooperativas inseridas no seguimento da agricultura

não-familiar (DE SOUZA, P. M. *Et al.*, 2011).

Apesar da importância que as políticas públicas, principalmente de crédito, representam para a sustentabilidade da agricultura, notadamente a familiar, dinamizando o desenvolvimento local no país, verifica-se que a concessão de recursos para financiamento e restruturação das unidades produtivas familiares se mostra muitas vezes limitada e seletiva, não garantindo a eficiência produtiva dos estabelecimentos agropecuários.

Importante destacar que as orientações da norma da agricultura familiar acerca dos critérios estabelecidos para o enquadramento do agricultor neste setor ocasionaram uma diminuição da categoria, em que pese a manutenção do perfil do produtor. Dante disso, a exigência de que pelo menos metade da renda do produtor tenha origem rural favorece a exclusão desses agricultores entre os beneficiados de determinados programas de crédito e financiamento, na medida em que se observa a prática de diversas atividades não agrícolas pelos membros das famílias rurais (EBC, 2019).

Por conseguinte, constata-se a relevância do emprego não-agrícola na ocupação da força de trabalho do meio rural, pautada na pluriatividade e nos plurirrendimentos, considerando que parte do ingresso monetário obtido por membros da família em atividades não-agrícolas pode ser repassado ao estabelecimento, subvencionando a produção, visando minorar as necessidades de financiamento por meio de políticas governamentais.

6 REVISÃO EMPÍRICA SOBRE PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS

Nesta seção, foi realizada uma revisão empírica sobre a pluriatividade e os plurirrendimentos na agricultura no Brasil.

Amorim e Bachat (2022) analisaram, por meio de microdados das PNADs contínuas referentes aos anos de 2012 a 2019, utilizando um modelo *Logit* multinominal, a evolução da composição das famílias rurais brasileiras (separando-as em agrícolas, pluriativas ou não agrícolas) e estimaram a chance de uma família ser não agrícola ou pluriativa em relação a ser agrícola. Os dados da PNAD de 2012 a 2019 mostram que há redução do número de pessoas ocupadas na agropecuária brasileira e que a maior parte das famílias rurais podem ser classificadas como agrícolas. Além disso, tem caído a importância das famílias agrícolas e das famílias pluriativas entre as famílias rurais brasileiras e tem aumentado a importância das famílias não agrícolas.

No entanto, os autores verificam que há uma predisposição a atividades não agrícolas e à pluriatividade, sobretudo, na Região Nordeste em tempos atuais, bem como que o acesso da população rural pobre aos programas de transferência de renda e à aposentadoria especial tem assegurado um rendimento mínimo frente a situações adversas, como as secas registradas em diversas regiões do país. Concluíram que alguns fatores definem as chances de a família rural ser pluriativa ou não agrícola, a exemplo da região em que a família mora, a posição na ocupação em que se encontra a população economicamente ativa ocupada, a existência de beneficiário de programas de transferência de renda feitos pelo governo e a presença de aposentados na família, que possa lhe garantir um mínimo de rendimento estável ao mês.

Delgrossi, Aquino e Nascimento (2022) analisam a pluriatividade em um contexto paradoxo para a agricultura familiar no Brasil, uma vez que, conquanto constitua uma alternativa de reprodução para milhões de produtores familiares agropecuários e

contribua para a elevação da renda média familiar, evitando o êxodo rural, colabora para a desclassificação de expressiva parcela das famílias de trabalhadores por conta própria da condição do que é legalmente considerado por “agricultura familiar”, excluindo-as das políticas de crédito e de fortalecimento do setor. A literatura explica que há no campo brasileiro uma tendência à diversificação ocupacional da agricultura familiar, com uma parcela crescente do segmento dedicada a atividades para o próprio consumo, ocasionando a redução das diferentes formas de ocupação nas atividades agropecuárias e, também, a queda do número de unidades agropecuárias familiares, fazendo com que a agricultura familiar seja cada vez mais convertida em famílias pluriativas (intersetoriais) ou em famílias exclusivamente não agropecuárias.

A partir dos dados da PNAD (IBGE), concluiu-se que, entre os anos de 2006 e 2015, houve uma redução numérica de famílias entre os diferentes tipos de famílias estudadas (empregadoras, contas próprias, empregados e agricultura familiar), assim, com exceção da agricultura familiar ocupada exclusivamente com atividades agropecuárias para o autoconsumo, que registrou tendência positiva de crescimento, em termos absolutos e relativos, no mesmo intervalo de tempo. Posto isto, afirmam que as diretrizes da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) tornaram a pluriatividade um fator potencial de desclassificação de parte expressiva das famílias de contas próprias da condição de agricultores familiares, excluindo-os de políticas públicas destinadas a essa categoria, como o Pronaf.

Nos estudos de Cruz *Et al*. (2022), foram estimados os diferenciais de rendimentos entre as atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do Brasil, segundo dados da PNAD (2015), permitindo a identificação dos fatores explicativos das diferenças ao longo de toda a distribuição de rendimentos. Os resultados indicam que as atividades não agrícolas geram rendimentos maiores comparando-se com as atividades agrícolas, sendo fatores elucidativos a escolaridade, pessoa referência da família e cor. Nesse aspecto, a diferença educacional foi a variável que mais contribuiu para o aumento da diferença de rendimento dos trabalhadores em atividades agrícolas e não agrícolas. A carteira assinada aparece também como uma variável importante para explicar o diferencial de rendimento mensal familiar, uma vez que o trabalho de forma registrada tem resultados financeiros positivos em comparação com aquele realizado por conta própria.

Da análise dos trabalhadores em suas devidas regiões, constata-se que o retorno educacional apresenta padrão de crescimento positivo para as atividades agrícolas, no entanto, as atividades não agrícolas denotaram um maior rendimento do salário médio

entre as duas atividades. Por fim, considerou-se que o sexo masculino, nas duas atividades, ganha uma proporção maior se comparado ao feminino.

O artigo de Santos e Santana (2020) teve como objetivo destacar elementos da diversidade produtiva, de renda e de ativos nos estabelecimentos segundo dados do Censo Agropecuário de 2017. Comparam as regiões do país em relação a variáveis sobre área total, porte, recorte regional/UF e rendimento por área, aduzindo que há o predomínio de estabelecimentos familiares, principalmente no Norte, Nordeste e Sul, bem como que o comando feminino nos estabelecimentos se destaca nas regiões Norte de Nordeste.

Os resultados apontaram que, com exceção dos situados na região Norte, o índice de agricultores com idade de 35 anos é muito baixo nos estados brasileiros, em razão da baixa escolaridade dos agricultores, que buscam oportunidades de estudos e trabalho fora do meio rural. Além disso, no meio rural, políticas foram destinadas a ampliar acesso à energia, água para irrigação, preparo do solo, uso de agrotóxicos e de crédito, bem como iniciativas dos produtores no tocante ao associativismo e ao cooperativismo, favorecendo o aumento da produção e da renda.

No entanto, analisam que o difícil acesso à terra, por parte dos agricultores mais pobres, com menor grau de tecnologia, crédito, assistência e demais infraestruturas, configura um dos principais fatores da disparidade de renda no meio rural, quanto menor a área, menor é o percentual de estabelecimentos com renda da produção, apontando grande peso da produção para consumo próprio e outros usos da terra. Com isso, observou-se, também, que o acesso ao crédito por meio de programas de governo ainda é baixo nas regiões brasileiras, o que demandaria uma renda externa aos estabelecimentos, somando as receitas da produção com outras rendas, seja do estabelecimento, seja do produtor, associando-se à pluriatividade.

Da Silva *Et al.* (2021) estudaram as dinâmicas e estratégias dos agricultores familiares no município de Uruçuí, localizado no cerrado do Piauí, para garantir a sua estratégia econômica, diante da hegemonia do capital agrário e agroindustrial no local. De início, apurou-se a agricultura familiar em Uruçuí conta com um baixo nível de escolaridade, em um contexto de ineficiência das políticas governamentais voltadas para o sistema público de ensino, bem como que a estrutura fundiária se apresenta vulnerável, na qual a posse e o uso da terra evidenciam uma exclusão social.

A pesquisa revelou que a maioria dos agricultores familiares tinham a atividade agrícola familiar como principal fonte de renda e alimentícia, uma parte dependia do trabalho formal e outra parcela era formada por aposentados, os quais convertiam parte

do salário na produção agropecuária. Entendeu-se que quase metade dos agricultores que dependiam da renda de atividades não agrícolas apresentavam vulnerabilidade econômica para prosseguir no trabalho agrícola. De fato, a emergência das pluriatividades como estratégia para fazer cumprir o atendimento das necessidades de produção e consumo dos agricultores demonstrava insegurança sobre o futuro da atividade em Uruçuí, já que as roças não garantiam um salário capaz de satisfazer as demandas das unidades familiares e as possibilidades de inserção em atividades não agrícolas ou no agronegócio despertavam o interesse dos membros mais jovens. Uma parte dos agricultores desenvolviam atividades artesanais de forma concomitante com a atividade agrícola, não sendo tão significativa em razão da entrada de produtos industrializados nas residências e nas roças.

A análise se pautou, ainda, em uma pesquisa de campo, a qual retratou que os auxílios governamentais, como aposentadorias, pensões e Bolsa Família, o trabalho formal, as diárias e o comércio configuram as principais fontes de renda mensal dos membros das unidades familiares. Concluiu-se que a reprodução da pequena propriedade, em Uruçuí/PI, mantém-se predominantemente por fontes de renda não agrícolas e que a pluriatividade local advém de uma crise social, marcada por restrições financeiras, parcos rendimentos financeiros e dificuldades de acesso às linhas de crédito rurais, além do quadro de exclusão social.

Por fim, a pesquisa de Fantinel, Flores e Elesbão (2020) estudou a presença de atividades pluriativas e seu potencial para o desenvolvimento das propriedades rurais no município de Dona Francisca/RS. Concluiu-se que grande parte dos produtores rurais estão engajados no desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, no entanto, a principal renda obtida advém da produção agrícola, o que não minora a importância das atividades pluriativas. Por fim, verificou-se que os tipos de pluriatividade no município se relacionam com a intersetorial, de base agrícola e para-agrícola. As intersetoriais estão relacionadas às atividades de doméstica, pedreiro, carpinteiro, serviço público (professor, motorista e agente comunitário), motorista de caminhão (autônomo), sindicato e serviços gerais em empresas do município. Por sua vez, as atividades pluriativas de base agrária se vinculam à terceirização de máquinas e venda de mão de obra em atividades agrícolas.

A Tabela 1 sintetiza os resultados obtidos nos estudos analisados.

Tabela 1 – Síntese dos trabalhos sobre pluriatividade e plurirrendimentos no Brasil

Trabalhos	Área pesquisada	Principais resultados
Amorim e Bachat (2022)	Brasil	No Brasil, os fatores que definem as chances de a família rural ser pluriativa ou não agrícola são a região em que a família mora, a posição na ocupação em que se encontra a população economicamente ativa, a existência de beneficiário de programas de transferência de renda feitos pelo governo e a presença de aposentados na família, que possa lhe garantir um mínimo de rendimento estável ao mês.
Delgrossi, Aquino e Nascimento (2022)	Brasil	No Brasil, as diretrizes da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006) tornaram a pluriatividade um fator potencial de desclassificação de parte expressiva das famílias de contas próprias da condição de agricultores familiares, excluindo-os de políticas públicas destinadas a essa categoria, como o Pronaf.
Cruz *et al*. (2022)	Brasil	No Brasil, a diferença educacional contribui significativamente para o aumento da diferença de rendimento dos trabalhadores em atividades agrícolas e não agrícolas. Além disso, as atividades não agrícolas denotam um maior rendimento do salário médio entre comparação com a atividade agrícola.
Santos e Santana (2020)	Regiões do Brasil	O difícil acesso à terra, por parte dos agricultores mais pobres, com menor grau de tecnologia, crédito, assistência e demais infraestruturas, configura um dos principais fatores da disparidade de renda no meio rural. Ademais, o acesso ao crédito por meio de programas de governo ainda é baixo nas regiões brasileiras, o que demandaria uma renda externa aos estabelecimentos, somando as receitas da produção com outras rendas, seja do estabelecimento, seja do produtor, associando-se à pluriatividade.
Silva *et al.* (2021)	Uruçuí/PI	Concluiu-se que, em Uruçuí/PI, a reprodução da pequena propriedade mantém-se predominantemente por fontes de renda não agrícolas e que a pluriatividade local advém de uma crise social, marcada por restrições financeiras, parcos rendimentos financeiros e dificuldades de acesso às linhas de crédito rurais, além do quadro de exclusão social.
Fantinel, Flores e Elesbão (2020)	Dona Francisca/RS	No município de Dona Francisca/RS, grande parte dos produtores rurais estão engajados no desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas, no entanto, a principal renda obtida advém da produção agrícola, o que não minora a importância das atividades pluriativas.

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

7 METODOLOGIA

7.1 Área de estudo

Preliminarmente, a escolha do território do Matopiba se deu basicamente pelo fato de tal região concentrar número muito expressivo de estabelecimentos agropecuários. Outrossim, são objetos de análise na literatura os avanços e disparidades sociais e econômicas, seja em termos de dinâmicas mais amplas ou de dinâmicas especificamente relacionadas ao desenvolvimento.

O Matopiba é um espaço geográfico considerado uma das principais fronteiras de expansão da agropecuária brasileira, no entanto, tal atividade convive com a agricultura familiar e não-familiar, grandes e pequenos produtores.

Vincular o estudo aos recortes da agricultura familiar e não familiar permite compreender características importantes dos estabelecimentos e dos agricultores desses locais, destacando variáveis com foco nas heterogeneidades e no perfil socioeconômico dos produtores e da produção. Com isso, busca-se complementar o enfoque dos textos que discutem a diversidade rural e a pluriatividade no Matopiba.

As informações dispostas destacam as características de cada região segundo o tipo de estabelecimento e as receitas auferidas, diretamente relacionadas à diversidade do ambiente rural e às multifunções da atividade rural, evidenciando a concentração da produção, a expansão de áreas agrícolas, os efeitos da globalização e o uso de tecnologias pelo seguimento familiar e não familiar. Os dados são apresentados segundo as variáveis selecionadas do Censo Agropecuário de 2017, que têm relação com as políticas públicas destinadas à agropecuária.

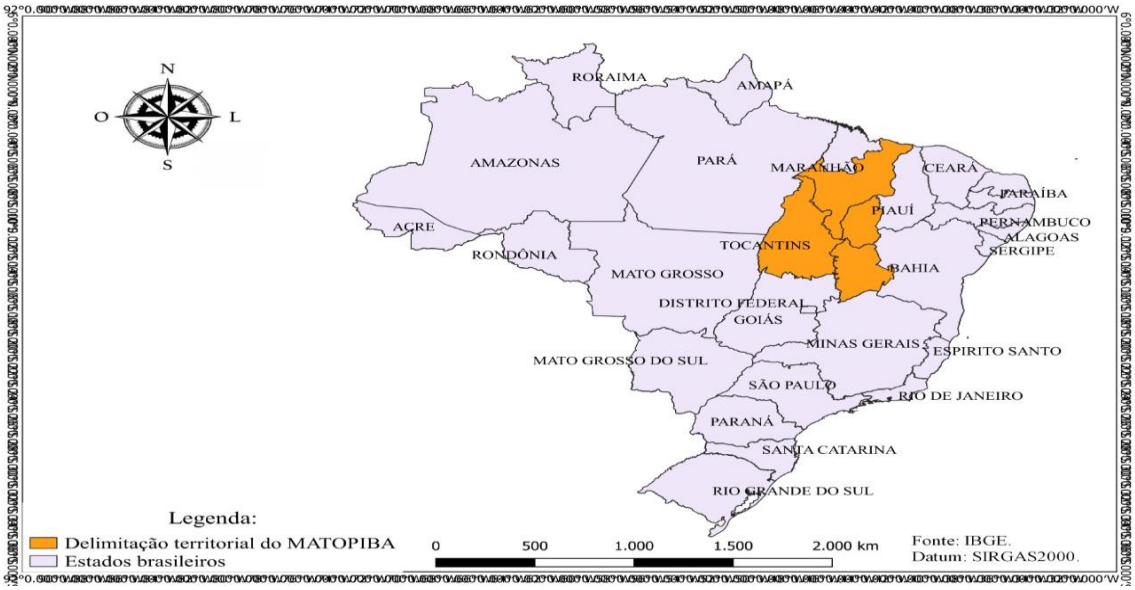
Uma das principais razões de se analisar os dados referentes ao Matopiba consiste na incorporação produtiva agrícola do bioma Cerrado, que envolveu uma expansão antrópica, com adoção de alta tecnologia e, consequentemente, uma maior adequação do solo à mecanização agrícola, em razão das suas terras planas.

A partir da nova dinâmica da estrutura agrícola no Brasil e dos dados recentes do Censo Agropecuário de 2017, foi possível apresentar um diagnóstico do recorte territorial do Matopiba, região que abrange uma vasta porção do Cerrado e uma parte da Amazônia Legal, composta por poções de terras planas mecanizáveis, pela utilização de tecnologias avançadas e pela alta produtividade.

O Matopiba conta com mais de 6 milhões de habitantes, ocupa uma área de cerca de 73.173,485 de hectares, divididos em 10 mesorregiões, 31 microrregiões, composta por 337 municípios, sendo 135 municípios do Maranhão, 33 municípios do Piauí, 30 municípios da Bahia, e a totalidade do território do Tocantins, compondo seus 139 municípios, cujas siglas desses estados formam seu acrônimo (IPEA, 2018). As microrregiões que compõem o Matopiba estão divididas em quinze do Maranhão, oito do Tocantins, quatro do Piauí e quatro da Bahia (IBGE, 2020; MIRANDA; MAGALHÃES; CARVALHO, 2014).

A Figura 1 retrata a delimitação territorial da região do Matopiba no mapa do Brasil.

Figura 1 – Localização do Matopiba no Brasil



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Considerando as categorias da agricultura familiar e não familiar, nota-se que, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2017, foram levantados 5.072.152 estabelecimentos agropecuários no Brasil, sendo que os municípios integrantes do Matopiba contam com cerca de 275.297 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2017).

Consoante a literatura científica descreve, com o investimento em pesquisas e a evolução industrial nos países em desenvolvimento, o setor agrícola se modernizou e deu origem a dois tipos de agriculturas, a agricultura não familiar, reconhecida pela alta produtividade, mecanização e produção voltada ao mercado externo e a agricultura familiar, caracterizada pela heterogeneidade e diversificação (SILVA *Et al.*, 2019).

7.2 Métodos e técnicas da pesquisa

Para a identificação de fatores relevantes da pesquisa, realizou-se o levantamento de dados do Censo Agropecuário 2017, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo a principal fonte do presente trabalho. O nível e as unidades territoriais contemplam dados referentes aos municípios insertos nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que compõem o Matopiba.

A unidade básica de investigação foi o estabelecimento agropecuário, seguindo as notas técnicas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim sendo, estabelecimento agropecuário é:

> [...] unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2017, n.p.).

Para a extração das informações da pesquisa em questão e execução dos objetivos específicos, utilizou-se abordagem documental, que proporciona informações por meio da investigação baseada em diversas fontes que não obtiveram tratamento analítico (GIL, 2002). Designadamente, foram obtidos dados acerca do perfil dos produtores e das principais características da produção dos estabelecimentos agropecuários do Matopiba, segundo o recorte da agricultura familiar e não familiar.

Para a descrição do perfil do produtor no Matopiba, utilizou-se aspectos socioeconômicos, como níveis de organização do produtor e utilização de assistência técnica, além de características pessoais do agricultor. Nesse contexto, foram exploradas particularidades do produtor como o sexo, a classe de idade, escolaridade, cor ou raça, condição em relação às terras, direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário, origem da orientação técnica, forma de obtenção de informações técnicas recebidas, grupos de atividades econômicas e grupos de área total.

Ademais, para a análise das atividades, do número de estabelecimentos, das

receitas e rendas dos estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) foram utilizados os dados do Censo Agropecuário 2017.

A variáveis utilizadas permitiram o estudo e comparação entre a agricultura familiar e não familiar no nível do Matopiba, seguindo critérios objetivos, considerando as diferenças apontadas pela literatura em relação à dinâmica da agricultura, o novo rural e o seu desenvolvimento.

7.3 Seleção das variáveis e dados

A variáveis utilizadas seguiram os critérios apontados pela literatura em relação à dinâmica da agricultura e do desenvolvimento rural. As variáveis (e dados) relacionados ao perfil do produtor e às características da produção do estabelecimento agropecuário foram selecionadas conforme designação e definição do Manual do Censo Agropecuário do IBGE, como descrito no Quadro 1.

Os Quadros 2 e 3 apresentam a designação e definição das variáveis relacionadas às receitas do produtor e do estabelecimento, também segundo o Manual do Censo Agropecuário 2017 do IBGE. As variáveis utilizadas foram selecionadas a partir de dois princípios: a) Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram receitas ou com outras rendas do produtor (unidades); b) Valor das receitas ou rendas obtidas pelo produtor e pelos estabelecimentos agropecuários (mil reais). Inserto nestes princípios, foram elucidados dados referentes às variáveis:

i) Receitas da produção do estabelecimento (produtos vegetais, animais e seus produtos e produtos da agroindústria);
ii) Outras receitas do estabelecimento (desinvestimentos, serviço de turismo rural, exploração mineral, atividade de artesanato, tecelagem etc., outras receitas do estabelecimento);
iii) Outras receitas do produtor (recursos de aposentadorias ou pensões, rendas obtidas em atividades fora do estabelecimento, recebimento de prêmio de Programa Garantia Safra, recebimento de prêmio de Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar - Proagro Mais, recebimento do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida, recebimento de pagamento por serviços ambientais - Bolsa Verde e Programas Estaduais, provenientes de programas dos Governos federal, estadual ou municipal).

Quadro 1 – Designação e definição das variáveis relacionadas ao perfil do produtor e às características da produção do estabelecimento agropecuário

Designação da variável	Definição da variável
Estabelecimento agropecuário	Unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independentemente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável.
Sexo	Diz respeito ao gênero biológico dos produtores, classificando-os como homem ou mulher.
Classe de idade	Corresponde à categorização dos produtores em relação à faixa-etária, variando entre menores de 25 anos de idade e maiores de 75 anos de idade.
Escolaridade	Refere-se ao nível de educação formal que os produtores completaram, podendo ser classificados entre os que sabem ou não ler e escrever, bem como entre os níveis de instrução.
Cor ou raça	Diz respeito às características físicas e biológicas dos produtores, como cor da pele, textura do cabelo e características faciais, classificando-os como branco, preto, amarelo, pardo e indígena.
Condição em relação às terras	Corresponde à distribuição da área total do estabelecimento agropecuário, segundo a condição legal das terras na data de referência, segundo as definições de proprietário(a), concessionário ou assentado(a) aguardando titulação definitiva, arrendatário(a), parceiro(a), comodatário(a), ocupante, produtor sem área.
Direção dos trabalhos do estabelecimento	Refere-se à gestão pelos produtores das atividades agrícolas, pecuárias ou florestais no estabelecimento agropecuário, classificando-os como produtor(a) titular diretamente, casal (codireção), produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco, produtores (explorações comunitárias), outra pessoa.
Origem da orientação técnica recebida	Orientação técnica é a assistência prestada ao estabelecimento agropecuário por profissionais habilitados, como Engenheiros Agrônomos, Engenheiros Florestais, Médicos Veterinários, Zootecnistas, Engenheiros Agrícolas, Biólogos, Técnicos Agrícolas, Tecnologistas de Alimentos ou Economistas Domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários. A origem da orientação técnica pode vir de várias fontes, governamental, do próprio produtor, de cooperativas, de empresas integradoras, de empresas privadas de planejamento, de ONGs, organizações do sistema S. No entanto, nem todos os produtores recebem essa orientação técnica.
Forma de obtenção da orientação técnica	A forma de obtenção da orientação técnica pode variar dependendo do contexto e das necessidades específicas dos produtores, por meio da televisão, rádio, internet, revistas, jornais, reuniões e outras formas. No entanto, há produtores que não obtém informações técnicas.
Grupos de atividades econômicas	Refere-se à distribuição da área total do estabelecimento, segundo a utilização das terras na data de referência, podendo ser agrupadas por produção de lavouras temporárias, horticultura e floricultura, produção de lavouras permanentes, produção de sementes/mudas certificadas, pecuária e criação de outros animais, produção florestal (floretas plantadas e nativas), pesca e aquicultura.
Grupos de área total	Os grupos de área total dos produtores podem variar dependendo do contexto e da finalidade da análise, variando de mais de 0 a menos de 1 ha a mais de 10.000 ha. No entanto, há produtores que não possuem área.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 2 apresenta a designação e definição das receitas da produção do estabelecimento, segundo o Manual do Censo Agropecuário 2017 IBGE.

Quadro 2 – Designação e definição das variáveis relacionadas às receitas da produção do estabelecimento agropecuário

Designação da variável	Definição da variável
Total de Receitas e Rendas	Receitas agrupadas (ou total das receitas), obtida da soma de todas as receitas auferidas, entre 01.10.2016 e 30.09.2017: da atividade agropecuária, do produtor e de sua família, e de outras receitas não agrícolas. Os valores e receitas da produção foram estratificados em oito classes, com limites compreendidos entre zero e maior ou igual a R$ 500 000,00.
1. Receitas da produção do estabelecimento	Receitas agrupadas do total da atividade agropecuária, obtida da soma das receitas auferidas com a atividade agropecuária no período: produtos de origem animal e vegetal.
1.1 Receitas da Produção do Estabelecimento: vegetal	Receitas referentes a atividades da produção vegetal, na qual se inclui a lavoura temporária e permanente, extração vegetal, horticultura, floricultura e silvicultura.
1.2 Receitas da Produção do Estabelecimento: animais e seus produtos	Receitas referentes a atividades da produção animal, na qual se inclui animais de grande porte, animais de médio porte, pequenos animais, bem como aves e pescado, além das suas variáveis.
1.3 Receitas da Produção do Estabelecimento: produtos da agroindústria	Receitas referentes a atividades da produção do estabelecimento agropecuário que foram beneficiados ou transformados em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tenha sido dada pelo produtor

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 3 apresenta a designação e definição das variáveis relacionadas às outras receitas do estabelecimento, segundo o Manual do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

Quadro 3 – Designação e definição das variáveis relacionadas às outras receitas do estabelecimento agropecuário

Designação da variável	Definição da variável
2. Outras receitas do estabelecimento	Receitas agrupadas do total das outras receitas não agrícolas, obtida da soma das receitas auferidas com atividades não agrícolas no período: desinvestimentos, turismo rural, exploração mineral, atividades de artesanato, tecelagem etc., entre outras atividades não agrícolas.
2.1 Outras receitas do estabelecimento: desinvestimentos	Valor obtido com a venda ou transferência definitiva de parte das terras que compunham o estabelecimento, bem como máquinas, veículos ou implementos que pertenciam ao produtor e que foram utilizados no estabelecimento, não se contabilizando a venda de animais.
2.2 Outras receitas do estabelecimento: serviços de turismo rural	Valor auferido com o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no estabelecimento agropecuário, no período de referência, vinculadas à produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, segundo a oferta de: hospedagem, fornecimento de refeições prontas, visitação ao estabelecimento agropecuário, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural, e demais atividades complementares a estas, desde que praticadas no âmbito do estabelecimento agropecuário, que tenham ocorrido em função do turismo praticado em terras do estabelecimento ou que foram o motivo da visitação.
2.3 Outras receitas do estabelecimento: exploração mineral	Valor obtido com a venda de produtos de origem mineral (calcário, argila, pedra, terra preta, areia etc.) extraídos na área do estabelecimento, incluindo-se o valor total recebido de empresas que extraíram minérios na área do estabelecimento, pagando percentagem da produção, bem como o valor de produtos minerais transferidos para outros estabelecimentos do produtor (agropecuários, comerciais, industriais).
2.4 Outras receitas do estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.	Valor obtido com a venda de peças produzidas, cuja comercialização ajuda a compor a renda do estabelecimento.
2.5 Outras receitas do estabelecimento: outras	Valores obtidos com outras atividades.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

O Quadro 4 apresenta as designações e definições das variáveis relacionadas às outras receitas do produtor, segundo o Manual do Censo Agropecuário 2017 do IBGE.

Quadro 4 – Designação e definição das variáveis relacionadas às outras receitas do produtor do estabelecimento agropecuário.

Designação da variável	Definição da variável
3. Outras receitas do produtor	Variável derivada obtida da soma das receitas auferidas com atividades do produtor e de sua família entre 01.10.2016 e 30.09.2017: aposentadoria, pensão, programas sociais do governo, etc.
3.1 Outras receitas do produtor: aposentadorias e pensões	Valor total de aposentadorias e pensões recebidas pelo produtor e pelo cônjuge.
3.2 Outras receitas do produtor: em atividades fora do estabelecimento	Valor total dos salários recebidos em atividades desenvolvidas fora do estabelecimento pelo produtor e pelo cônjuge, bem como as receitas ou retiradas de empresas ou negócios próprios.
3.3 Outras receitas do produtor: do Programa Garantia Safra	Valores do prêmio do Programa Garantia Safra.
3.4 Outras receitas do produtor: de prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais)	Valores do prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais).
3.5 Outras receitas do produtor: do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	Valores do prêmio do Programa Nacional de Habitação Rural - Minha Casa Minha Vida.
3.6 Outras receitas do produtor: pagamentos por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	Valores de pagamento por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais).
3.7 Outras receitas do produtor: de Programas dos Governos (federal, estadual e municipal)	Valores provenientes de programas governamentais (federal, estaduais ou municipais).

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

7.4 Métodos de análise

Quanto aos tipos de pesquisa, conforme os estudos de Prodanov e Freitas (2013), tem-se que a presente pesquisa se caracteriza como básica, quanto à natureza, considerando não contar com aplicação prática prevista. Quanto à forma de abordagem do problema, é quantitativa, uma vez que é possível traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, utilizando recursos e técnicas estatísticas.

No que concerne aos fins da pesquisa, tem-se que é exploratória, tendo como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que se propõe a investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento. Em relação aos procedimentos, classifica-se em bibliográfica e documental e, no que tange aos tipos de instrumentos, optou-se pelo uso de fontes secundárias de dados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

As informações apresentadas invocam conceitos correspondentes a elementos recentes no universo agrícola, tais como pluriatividade, plurirrendimentos e multifuncionalidade econômica do produtor e do estabelecimento. Por isto, para atender aos objetivos do estudo foi realizada análise empírica, descritiva e comparativa.

Considerando os levantamentos realizados pelo IBGE, foi possível caracterizar a pluriatividade econômica do produtor e membros de sua família, sem que fosse levantada uma definição específica para “estabelecimento pluriativo”, categoria que será especificamente analisada no presente trabalho.

Assim, a definição de estabelecimento agropecuário pluriativo consiste naquele em que o produtor e/ou algum membro da família exerceu atividades agropecuárias e algum tipo de atividade não agropecuária remunerada e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento no período pesquisado.

Considerando tais critérios, utilizou-se a definição e distinção de estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares, de pluriatividade e plurirrendimentos, com base nos dados do Censo Agropecuário de 2017, e definições IBGE, segundo as características normatizadas na Lei nº 11.326/2006, a qual estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

8 PERFIL DO PRODUTOR FAMILIAR E NÃO FAMILIAR NO MATOPIBA EM 2017

8.1 Sexo do produtor

Considerando o produtor rural, primeiramente, em referência à questão de gênero, identificou-se que, no Matopiba, analisando a totalidade, o número de produtores do sexo masculino é quase cinco vezes maior do que as do sexo feminino. Na agricultura não familiar, os produtores homens têm uma participação de 86,92%, superior à participação na agricultura familiar, com 80,68% (TABELA 2).

Tabela 2 – Produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, por gênero, em 2017

Sexo	Total		Não Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Homem	237.100	81,92	49.965	86,92	187.135	80,68
Mulher	52.326	18,08	7.518	13,08	44.808	19,32
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

No que tange às mulheres, a participação na agricultura familiar é de 19,32%, maior do que a participação no setor não familiar, com cerca de 13,08% (TABELA 2). Dessa forma, os dados evidenciam que, no Matopiba, a participação do produtor rural do gênero masculino é maior que o gênero feminino, tanto para os agricultores familiares, quanto para os não familiares.

Essa realidade que os dados apresentam confirmam os estudos de Paulilo (2004), que indica que o acesso das mulheres à terra no Brasil é menor do que o dos homens, uma vez que a partilha da propriedade agrícola não acompanhou a igualdade de gênero garantida pelo direito, seja em razão da sucessão, seja em razão da reforma agrária, diante do entendimento que às mulheres caberia o trabalho doméstico e aos homens o trabalho

produtivo. A autora ainda se debruça no assunto afirmando que a tradicional exclusão feminina do acesso à terra tem como consequência o distanciamento das mulheres das políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, como o PRONAF e a previdência rural (PAULILO, 2004).

8.2 Classe de idade

Outro fator a ser observado é a classe de idade do produtor no Matopiba. Na categoria não familiar, o perfil dos produtores indica que os que têm de 35 a menos de 65 anos possuem uma maior participação, sendo 22,64% de 35 anos a menos de 45 anos, 27,49% de 45 anos a menos de 55 anos e 20,60% de 55 anos a menos de 65 anos (TABELA 3).

Tabela 3 – Classe de idade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Classe de idade	Total		Não Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Menor de 25 anos	6.345	2,19	1.131	1,96	5.214	2,24
De 25 a menos de 35 anos	29.437	10,17	6.495	11,30	22.942	9,89
De 35 a menos de 45 anos	55.519	19,18	13.014	22,64	42.505	18,33
De 45 a menos de 55 anos	69.609	24,05	15.800	27,49	53.809	23,20
De 55 a menos de 65 anos	66.575	23,00	11.839	20,60	54.736	23,60
De 65 a menos de 75 anos	42.253	14,60	6.013	10,46	36.240	15,62
De 75 a mais	19.688	6,80	3.191	5,55	16.497	7,11
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Na agricultura familiar, a idade dos produtores também é variada, com representatividade numérica entre 45 anos e 65 anos de idade, contando com participação de 23,20% de 45 anos a menos de 55 anos e 23,60% de 55 anos a menos de 65 anos (TABELA 3).

Importante mencionar que, comparando os dois setores, o familiar tem uma participação superior de produtores mais jovens, menores de 25 anos, com cerca de 2,24%, em detrimento dos 1,96% do não familiar. No mesmo sentido, também no setor familiar se encontram produtores mais velhos, com maior percentual em comparação aos não familiares, conforme se observa nos dados da Tabela 3, sendo 15,62% de 65 a menos de 75 anos e 7,11% de 75 anos a mais, para os agricultores familiares (TABELA 3).

8.3 Escolaridade

A pesquisa analisou, ainda, o nível de escolaridade do produtor no Matopiba. Conforme se observa, na categoria familiar, a participação dos produtores que não sabem ler e escrever é maior (38,50%) em relação aos não familiares (16,58). Constata-se que os produtores não familiares possuem o maior índice de alfabetização, 83,41%, em comparação aos familiares, 61,49% (TABELA 4).

Tabela 4 – Escolaridade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Escolaridade	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Sabe ler e escrever - sim	190.587	65,84	47.949	83,41	142.638	61,49
Sabe ler e escrever - não	98.839	34,15	9.534	16,58	89.305	38,50
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Esses dados podem se justificar pelo fato de que, segundo Santos (2022), historicamente, o meio rural concentra o maior número de analfabetos nas regiões brasileiras. Além disso, na agricultura familiar a educação não se apresenta como um meio de aquisição cultural, social, financeira ou intelectual, sendo considerada como uma forma de concorrer a uma vaga de emprego ou para realizar atividades cotidianas (SANTOS, 2022).

Silva e Silva (2019), ao tratar do nível de escolaridade dos produtores rurais, pontuam que a baixa escolaridade pode ter como consequência a baixa produtividade da atividade agrícola, bem como a pouca utilização de tecnologias nos estabelecimentos agropecuários e sistemas de monocultura. Ademais, o fracasso de modernização de produção de agricultores familiares pode advir da baixa disponibilidade de recursos e do baixo nível de qualificação, além do pouco acesso ao mercado e ausência de assistência técnica.

Na Tabela 5, tem-se outros dados relacionados à escolaridade do produtor no Matopiba. Diante disso, nota-se que a participação de agricultores que nunca frequentaram a escola é maior na categoria familiar, 25,78%, em relação aos não familiares, 10,67%, tipo de produtor com mais acesso à educação (TABELA 5).

Tabela 5 – Escolaridade do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Escolaridade	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Nunca frequentou escola	65.949	22,78	6.137	10,67	59.812	25,78
Classe de alfabetização - CA	54.599	18,86	6.425	11,17	48.174	20,76
Alfabetização de jovens e adultos - AJA	4.871	1,68	634	1,10	4.237	1,82
Antigo primário - elementar	49.127	16,97	8.920	15,51	40.207	17,33
Antigo ginasial - médio 1º ciclo	15.459	5,34	3.648	6,34	11.811	5,09
Regular do ensino fundamental ou 1º grau	48.877	16,88	9.583	16,67	39.294	16,94
- Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino fundamental ou do 1º grau - EJA	1.073	0,37	216	0,37	857	0,36
Antigo científico, clássico, etc. - médio 2º ciclo	832	0,28	284	0,49	548	0,23
Regular de ensino médio ou 2º grau	32.819	11,33	11.781	20,49	21.038	9,07
Técnico de ensino médio ou do 2º grau	3.109	1,07	1.371	2,38	1.738	0,74
Educação de jovens e adultos e supletivo do ensino médio ou do 2º grau - EJA	600	0,20	170	0,29	430	0,18
Superior - graduação	11.512	3,97	7.819	13,60	3.693	1,59
Mestrado ou doutorado	599	0,20	495	0,86	104	0,04
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Destaca-se que o nível de escolaridade dos produtores familiares é baixo quando comparado com aqueles que atuam na agricultura não familiar. A participação dos familiares em relação à graduação é de 1,59% e à pós-graduação é de 0,04%, assim, nota-se que os produtores que concluíram o ensino superior ou finalizaram alguma especialização, como mestrado e doutorado, têm uma maior participação na categoria não familiar, 13,60% e 0,86%, respectivamente (TABELA 5).

O baixo nível de escolaridade da maioria dos agricultores familiares constitui uma limitação para o aumento da produtividade do trabalho e da renda no campo, resultando na manutenção de problemas como a pobreza rural. A diferença da escolaridade entre os ocupantes do setor familiar e os demais setores se consubstancia na falta de oportunidade educacional por parte dos agricultores (HOFFMAN; NEY, 2004).

Desse modo, tem-se que o grau de escolaridade assume papel significativo na gestão e organização nos modais da agropecuária, uma vez que a baixa escolaridade dos agricultores não familiares e, principalmente, dos familiares, além de comprometer o desenvolvimento sócio territorial, restringe as possibilidades de qualificação profissional, dificulta o uso de mecanismos participativos e atuação da cidadania. Ademais, a deficiência educacional dos produtores rurais prejudica os processos de comercialização, a implementação de novos sistemas, bem como reduz a viabilidade frente ao mercado

globalizado (FIGUEIREDO, 2014).

8.4 Cor ou raça

É possível, ainda, analisar a autodeclaração de cor ou raça do produtor do Matopiba. De início, constata-se que a cor ou raça branca, considerando os produtores não familiares e familiares, tem uma participação mais expressiva para os não familiares, 34,24%, em comparação com 21,93% dos familiares (TABELA 6).

Tabela 6 – Cor ou raça do produtor (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Cor ou raça	Total		Não Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Branca	70.555	24,37	19.686	34,24	50.869	21,93
Preta	36.508	12,61	5.587	9,71	30.921	13,33
Amarela	2.172	0,75	510	0,88	1.662	0,71
Parda	177.284	61,25	31.213	54,29	146.071	62,97
Indígena	2.907	1,00	487	0,84	2.420	1,04
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Na categoria familiar, os produtores de cor preta têm uma participação de 13,33%, ao passo que os não familiares contam com 9,71%. Observa-se, ainda, que grande parte dos produtores pardos está situada na categoria de agricultores familiares, com participação de 62,97%, sendo relevante apontar que os não familiares também contam com uma notória participação desses produtores, 54,29% (TABELA 6).

Os produtores indígenas contam com uma baixa participação em ambas as categorias, com 0,84% para os não familiares e 1,04% para os familiares. Denota-se, assim, uma diversidade étnica nesses setores agrícolas (TABELA 6).

8.5 Condição do produtor em relação às terras

Ao analisar os dados da Tabela 7, destaca-se que parte significativa dos produtores não familiares e familiares se situam na condição de proprietário das terras, com participação de 79,91% e 71,69%, respectivamente. Os dados revelam, ainda, que ambas as categorias contam com uma participação variada em relação às demais condições, sendo 10,44% de concessionário ou assentado aguardando titulação definitiva para os familiares e 5,76% para os não familiares.

Tabela 7 – Condição do produtor (familiar e não familiar) em relação às terras, em 2017

Condição em relação às terras	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Proprietário(a)	212.641	73,33	46.353	79,91	166.288	71,69
Concessionário ou assentado(a) aguardando titulação definitiva	27.571	9,50	3.342	5,76	24.229	10,44
Arrendatário(a)	9.027	3,11	1.436	2,47	7.591	3,27
Parceiro(a)	5.730	1,97	842	1,45	4.888	2,10
Comodatário(a)	9.029	3,11	1.661	2,86	7.368	3,18
Ocupante	11.383	3,92	1.362	2,34	10.021	4,32
Produtor sem área	14.562	5,02	3.004	5,17	11.558	4,98
Total	289.943	100	58.000	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Importante observar que, em relação aos produtores sem área, a categoria não familiar tem uma maior participação, com 5,17%, em comparação aos agricultores familiares, com 4,98% (TABELA 7).

8.6 Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário

Com relação à direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário no Matopiba, permite-se observar na Tabela 8 que, comparando os setores não familiar e familiar, tem-se que, na maioria dos casos, figuram como produtor titular diretamente, com participação de 79,06% e 76,21%, na ordem (TABELA 8).

Tabela 8 – Direção dos trabalhos do estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Direção dos trabalhos	Total		Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Produtor(a) titular diretamente	216.564	74,83	39.792	79,06	176.772	76,21
Casal (codireção)	56.287	19,45	9.741	19,35	46.546	20,07
Produtor(a) titular através de um encarregado ou pessoa com laços de parentesco	15.068	5,21	7,157	0,01	7.911	3,41
Produtores (explorações comunitárias)	186	0,06	52	0,10	134	0,06
Outra pessoa	1.321	0,46	741	1,47	580	0,25
Total	289.426	100	50.333	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Além disso, esses agricultores também contam com uma relevante participação em relação à direção dos trabalhos pelo casal, com 19,35% para os não familiares e 20,07% para os familiares. Para os não familiares, a direção por outra pessoa é mais

significativa em comparação aos familiares, com 1,47% (TABELA 8).

8.7 Condição legal das terras

Entre os dados relacionados à condição legal das terras no Matopiba, tem-se que 81,22% dos estabelecimentos agropecuários não familiares e 72,85 dos familiares são explorados por seus proprietários (TABELA 9). Além disso, 6,04% dos produtores não familiares e 10,84% dos produtores familiares encontram-se em terras exploradas por concessionários aguardando titulação definitiva da terra (TABELA 9).

Tabela 9 – Condição legal das terras do estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Condição legal das terras	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Próprias	212.641	74,52	46.353	81,22	166.288	72,85
Concedidas por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva	28.200	9,88	3.446	6,04	24.754	10,84
Arrendadas	12.384	4,34	2.205	3,86	10.179	4,46
Em parceria	7.641	2,68	1.201	2,10	6.440	2,82
Em regime de comodato	10.652	3,73	2.043	3,58	8.609	3,77
Ocupadas	13.820	4,84	1.820	3,19	12.000	5,26
Total	285.338	100	57.068	100	228.270	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

As outras modalidades registraram menor número, sendo que 3,86% dos produtores não familiares e 4,46% dos produtores familiares situam-se em terras exploradas por arrendatários. Os produtores não familiar e familiar ainda exploram terras na condição de comodatários, correspondendo a 3,58% e 3,77, na ordem, como também ocupantes, na proporção de 3,19% para o produtor não familiar e 5,26% para o familiar (TABELA 9).

Os dados da Tabela 9 apontam a predominância de relações formais de posse do produtor com a terra, principalmente nas condições de proprietário, mas também de concessionário aguardando titulação definitiva, correspondendo a 74,52% e 9,88% do valor total (TABELA 9). Ademais, as outras categorias, que compreendem os vínculos não formais, foram, como os sistemas de parceria, arrendamento e comodato, mesmo em minoria, ainda são praticados na região do Matopiba.

8.8 Origem da orientação técnica recebida

Ao analisar a Tabela 10, observa-se que a orientação técnica não alcança muitos produtores não familiares e, principalmente, familiares, na qual a porcentagem de agricultores que não recebem tais orientações é de 84,55% e 95,18%, respectivamente (TABELA 10).

Tabela 10 – Origem da orientação técnica recebida pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Origem da orientação técnica	Total		Não Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Não recebe	269.371	93,07	48.605	84,55	220.766	95,18
Recebe	20.055	6,92	8.878	15,44	11.177	4,81
Total	289.426	100	57.483	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

De acordo com Pereira e De Castro (2021), pode-se inferir que a ausência de assistência técnica possui impactos diversos na atividade agrícola, seja na produção ou na renda do produtor. Além disso, destaca-se que os estabelecimentos com maior estrutura são os que mais fazem uso de assistência técnica, em função da estrutura produtiva e do elevado capital investido.

Diniz e Clemente (2020), afirmam que a promoção da assistência técnica contínua e universal aos agricultores mais vulneráveis é importante para a socialização de inovações científico-tecnológicas, tecnologias sociais, novos conhecimentos e políticas públicas a fim de melhorar as condições de vida e trabalho no campo.

Nota-se que, para o produtor familiar que recorreu a algum tipo de orientação técnica, a principal fonte do serviço dessa orientação tem origem na esfera governamental, com 61,24%, sendo os que mais utilizam, em termos relativos, a orientação técnica oriunda do governo, em comparação aos não familiares. Destaca-se, ainda, o assessoramento técnico com recursos do próprio produtor, proporcional a 21,57% para os familiares (TABELA 11).

Tabela 11 – Origem da orientação técnica recebida pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Origem da orientação técnica	Total		Não Familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Governo (federal, estadual ou municipal	9.392	44,45	2.271	23,90	7.121	61,24
Própria ou do próprio produtor	8.162	38,62	5.653	59,49	2.509	21,57
Cooperativas	640	3,02	202	2,12	438	3,76
Empresas integradoras	696	3,29	457	4,80	239	2,05
Empresas privadas de planejamento	412	1,94	305	3,20	107	0,92
Organização não-governamental (ONG)	87	0,41	14	0,14	73	0,62
Sistema S	458	2,16	109	1,14	349	3
Outra	1.282	6,06	491	5,16	791	6,80
Total	21.129	100	9.502	100	11.627	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Para o agricultor não familiar que recebe orientação técnica, prepondera aquela que tem natureza própria ou do próprio produtor, com 59,49% (TABELA 11), a qual advém de contratação de técnicos pelo agricultor ou quando o próprio administrador/agricultor possui formação técnica para desenvolver atividades de assistência (IBGE, 2019).

Ademais, conforme discriminado na Tabela 11, a orientação fornecida pelas instituições de orientação técnica governamental também se destaca para o produtor não familiar no Matopiba, correspondendo a 23,90% (TABELA 11).

Tal orientação pública visa atender produtores que não possuem conhecimento de comercialização, organização produtiva e social, entre outros pontos que vão além de precisões técnicas agrícolas. Além disso, para a agricultura familiar, a orientação técnica favorece iniciativas que contribuem com o desenvolvimento da agricultura familiar no território nacional (SILVA, 2014).

8.9 Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento

A forma de obtenção de informações técnicas pelos estabelecimentos do produtor no Matopiba é variada conforme o tipo de agricultor. Ao analisar a Tabela 12, observa-se que grande parte do acesso a essa informação pelo produtor familiar é realizada por meio da televisão, do rádio e de outras formas, com participação de 32,35%, 13,24% e 16,19%, respectivamente.

Tabela 12 – Forma de obtenção de informações técnicas recebidas pelo estabelecimento agropecuário (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Forma de obtenção de informações técnicas	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Televisão	128.064	32,16	29.285	31,53	98.779	32,35
Rádio	52.785	13,25	12.350	13,29	40.435	13,24
Internet	14.163	3,55	7.918	8,52	6.245	2,04
Revistas	4.856	1,21	2.781	2,99	2.075	0,67
Jornais	8.377	2,10	3.215	3,46	5.162	1,69
Reuniões	18.692	4,69	6.468	6,96	12.224	4,00
Outras formas	64.117	16,10	14.676	15,80	49.441	16,19
Não obtém informações técnicas	107.080	26,89	16.176	17,41	90.904	29,77
Total	398.134	100	92.869	100	305.265	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Por seu turno, as informações técnicas fornecidas, quando recebidas pelo produtor, tem origem em formas mais acessíveis e menos contextualizadas à realidade do agricultor. Assim, dos dados da Tabela 12, verifica-se que a principal fonte de obtenção de informações técnicas consiste na televisão, com 31,53% para os não familiares e 32,35% para a categoria familiar (TABELA 12).

O rádio também aparece como uma segunda fonte de informação técnica mais representativa, com proporção de 13,29% para os não familiares e 13,24% para os familiares. A internet também figura como uma fonte de informações técnicas, no entanto, segundo os dados da Tabela 12, não é uma forma tão acessível a depender do contexto de realidade do agricultor, assim, nota-se que, para os agricultores familiares, há um acesso insipiente a essa fonte, com 2,04%. A categoria patronal, por contar com um maior acesso a tecnologias, é beneficiária da orientação técnica proveniente da internet (TABELA 12).

Cumpre destacar que muitos produtores ainda não obtêm informações técnicas, com uma participação relevante de 17,41% para os não familiares e 29,77% para os familiares (TABELA 12).

A deficiência dos agricultores familiares na obtenção de informações técnicas justifica-se em razão da precariedade do quadro educacional dessa categoria, considerando, ainda, o histórico de exploração e exclusão da população do campo, limitando o acesso a direitos básicos de cidadania, impactando diretamente na produção, diante da dificuldade desses agricultores de identificar e absorver novas técnicas para melhorar seus sistemas de produção e a convivência com o ambiente natural onde vivem (DE AQUINO *Et al.*, 2020).

8.10 Grupos de atividade econômica

De acordo com os dados da Tabela 13, constata-se que a maioria dos estabelecimentos agropecuários, familiares e não familiares, tem a pecuária e criação de outros animais como principal atividade, com 52,19% e 63,62%, respectivamente. Em seguida, vem a produção de lavouras temporárias, com 38,25% e 27,78%.

Tabela 13 – Grupos de atividade econômica dos estabelecimentos agropecuários (familiar e não familiar) no Matopiba, em 2017

Grupos de atividade econômica	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Produção de lavouras temporárias	104.838	36,16	16.112	27,78	88.726	38,25
Horticultura e floricultura	3.280	1,13	497	0,86	2.783	1,20
Produção de lavouras permanentes	5.374	1,85	1.018	1,76	4.356	1,88
Produção de sementes/mudas certificadas	90	0,03	42	0,07	48	0,02
Pecuária e criação de outros animais	157.942	54,47	36.902	63,62	121.040	52,19
Produção florestal - florestas plantadas	1.140	0,39	422	0,73	718	0,31
Produção florestal - florestas nativas	15.330	5,29	1.805	3,11	13.525	5,83
Pesca	325	0,11	64	0,11	261	0,11
Aquicultura	1.624	0,56	1.138	1,96	486	0,21
Total	289.943	100	58.000	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

8.11 Grupos de área total

Em termos de grupos de área total no Matopiba, tem-se que uma porcentagem significativa dos produtores não familiares e familiares detém áreas produtivas de 20 a menos de 50 hectares, com 16,22% e 24,99%, respectivamente. Desse modo, nota-se, ainda, que ambas as categorias de agricultores contam com estabelecimentos de áreas de mais de 0 a menos de 500 hectares (TABELA 14).

Tabela 14 – Grupos de área total no Matopiba, em 2017

Grupos de área total	Total		Não familiar		Familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Produtor sem área	14.562	5,02	3.004	5,18	11.558	4,98
Mais de 0 a menos de 1 ha	41.357	14,26	4.780	8,24	36.577	15,76
De 1 a menos de 5 ha	46.909	16,17	6.662	11,48	40.247	17,35
De 5 a menos de 10 ha	18.086	6,24	3.162	5,45	14.924	6,43
De 10 a menos de 20 ha	27.168	9,37	4.146	7,15	23.022	9,93
De 20 a menos de 50 ha	67.359	23,23	9.405	16,22	57.954	24,99
De 50 a menos de 100 ha	31.755	10,95	4.516	7,79	27.239	11,74
De 100 a menos de 200 ha	18.252	6,30	3.345	5,77	14.907	6,43
De 200 a menos de 500 ha	13.404	4,62	7.900	13,62	5.504	2,37
De 500 a menos de 1.000 ha	5.150	1,78	5.146	8,87	4	0,00
De 1.000 a menos de 2.500 ha	3.716	1,28	3.711	6,40	5	0,00
De 2.500 a menos de 10.000 ha	1.874	0,65	1.873	3,23	1	0,00
De 10.000 ha e mais	351	0,12	350	0,60	1	0,00
Total	289.943	100	58000	100	231.943	100

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Quanto aos agricultores não familiares, a Tabela 14 demonstra que, em comparação aos agricultores familiares, a maior parte das áreas de 500 e superior a 10.000 hectares é destinada à categoria patronal, com participação de 8,87% para áreas de 500 a menos de 1.000 hectares, com 6,40% de ocupação de áreas com 1.000 a menos de 2.500 hectares, ocupando a área de 2.500 a menos de 10.000 hectares em 3,23%, bem como que 0,60% dos agricultores não familiares possuem áreas superiores a 10.000 hectares, totalizando 19,1%. Para essas dimensões, no Matopiba, a participação da categoria familiar é de 0,00% (TABELA 14).

Schmitz e Mota (2007) apontam que o tamanho da área do estabelecimento é utilizado muitas vezes como critério central para distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, já que, para esses últimos, predominam as grandes propriedades, complexos ou sistemas produtivos agroindustriais, que se destinam ao abastecimento do setor industrial e do mercado interno, além da produção de excedentes para a exportação.

Os dados relativos à utilização da área por estabelecimentos da agricultura familiar apontam o tamanho limitado das áreas de produção, evidenciando uma desigualdade da distribuição da posse da terra entre os dois modelos de agricultura, familiar e não familiar. Nesse aspecto, a Tabela 14 denota que o setor familiar detém a participação de 15,76% de áreas de mais de 0 a menos de 1 hectare, ocupando 17,35% de áreas de mais de 1 e menos de 5 hectares, e 11,74% de 50 a menos de 100 hectares. A tabela indica, ainda, uma diversidade de situações fundiárias, com ênfase nas áreas dos estabelecimentos familiares de 20 a menos de 50 hectares que contam com proporção

significativa de 24,99% (TABELA 14).

A análise do acesso às terras pela agricultura familiar advém de particularidades históricas das características do setor, como a limitação estrutural de acesso aos ativos fundiários necessários para desenvolver suas atividades produtivas e a reprodução das suas condições de vida. Assim, em que pese a importância desses agricultores, o seguimento familiar continua caracterizado pela peques quantidade de terra disponível para a produção em comparação ao seguimento patronal (DE AQUINO *Et al*, 2020).

Consoante o IBGE (2019), foi atribuída a categoria produtor sem área quando não houvesse registro da área e da utilização das terras do estabelecimento, tendo como exemplo os apicultores, extrativistas, criadores de animais em beira de estradas, etc. Nesse contexto, os produtores sem área estão inseridos em ambas as categorias, com participação de 5,18% para os não familiares e 4,98% para os familiares (TABELA 14).

9 NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (FAMILIAR E NÃO FAMILIAR) QUE OBTIVERAM RECEITAS DO ESTABELECIMENTO E DO PRODUTOR

Neste capítulo são analisados os resultados referentes ao número de estabelecimentos agropecuários (unidades), no Matopiba, em 2017, considerando as receitas da produção do estabelecimento, as outras receitas do estabelecimento e as outras receitas do produtor.

A caracterização da pluriatividade inicia pelo dimensionamento do número dos estabelecimentos agropecuários pluriativos, segundo a agricultura familiar e não familiar. Para compreender a diferença do número de estabelecimentos e receitas obtidas por essas categorias de agricultores no Matopiba, são apresentadas tabelas comparativas, descrevendo-se a participação deles na receita obtida oriundas dessas atividades.

9.1 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor

De acordo com os dados da Tabela 15, afere-se que, dos estabelecimentos agropecuários do Matopiba, 74,65% obtiveram receitas da produção do estabelecimento e 78,53%, de outras receitas do produtor, ao passo que as outras receitas do estabelecimento estimam participação bem inferior, de 6,5% (TABELA 15).

Tabela 15 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor (unidades) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento	199.523	74,65	158.283	75,00	41.240	73,36
Outras receitas do estabelecimento	17.382	6,5	13.651	6,46	3.731	6,63
Outras receitas do produtor	209.881	78,53	164.726	78,05	45.155	80,32
Total do número de estabelecimentos	267.283		211.042		56.241	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Os estabelecimentos que obtém receitas da própria produção contam com notória participação, se destacando em ambas as categorias de produtores, 75% não familiar e 73,36% na não familiar (TABELA 15).

Schneider (2005), afirma que o meio rural não se define somente como o *locus* específico das atividades agrícolas, nele se visualiza atividades não agrícolas e formas variadas de complementação da renda, incorporando o orçamento dos trabalhadores no campo, inibindo o êxodo rural.

Trata-se, assim, de uma agricultura pluriativa e versátil, contexto em que os pequenos e médios estabelecimentos rurais passam a desempenhar atividades diferenciadas para sua manutenção e os grandes proprietários buscam utilizar aparatos tecnológicos e mão-de-obra especializada (SCHNEIDER, 2003).

Da análise dos dados, o estabelecimento pluriativo, aquele no qual o produtor executou atividades agropecuárias e não agropecuárias remuneradas e/ou qualquer tipo de atividade remunerada fora do estabelecimento (FERREIRA, *Et al*. 2014), pode ser contextualizado, principalmente, a partir da aferição da participação do número de estabelecimentos agropecuários que recebem outras receitas do estabelecimento e, principalmente, outras receitas do produtor.

Nesse contexto, observa-se que 78,05% dos estabelecimentos familiares e 80,32% dos não familiares recebem outras receitas do produtor, as quais não fazem referência à atividade produtiva do estabelecimento agropecuário (TABELA 15).

Escher *Et al*. (2015) explica que grande parte dos estudos sobre pluriatividade no Brasil considera esse fenômeno como uma particularidade pertencente aos estabelecimentos da agricultura familiar, por alguns motivos, dentre eles que a noção de pluriatividade abrange a forma como os produtores familiares procedem diante das adversidades do ambiente social e econômico e da necessidade de suprir as necessidades

materiais do núcleo familiar. Entretanto, segundo os dados, há uma notória participação de estabelecimentos agropecuários não familiares que ocupam outras atividades econômicas ou contam com rendas desassociadas da agricultura.

Como a Tabela 15 demonstra a ocupação de atividades do setor agropecuário e de outras atividades, relacionadas a indústria, comércio e serviços, os estabelecimentos podem estar inseridos no que se entende como pluriatividade intersetorial, que, segundo Schneider (2009), decorre do processo de encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia, decorrente da descentralização industrial e da rurbanização.

Nesse sentido, em que pese a participação seja menor em relação às outras classificações, a existência de estabelecimentos que auferem renda advindas dessas atividades, deduz a compreensão da pluriatividade, sendo de 6,46% para os familiares e 6,63% para os não familiares (TABELA 15).

9.2 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas do estabelecimento

De acordo com os dados da Tabela 16, constata-se que dos estabelecimentos que obtém receitas da produção, 80,5% de agricultores familiares e 84,11 % de não familiares auferem receitas da produção de origem animal, podendo ser explicado por ser a principal atividade, conforme Tabela 13.

Tabela 16 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas do estabelecimento (unidades) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento: vegetal	57.002	28,56	46.721	29,51	10.281	24,92
Receitas da Produção do Estabelecimento: animais e seus produtos	162.118	81,25	127.428	80,5	34.690	84,11
Receitas da Produção do Estabelecimento: produtos da agroindústria	34.179	17,13	30.162	19,05	4.017	9,74
Total do número de estabelecimentos	199.523		158.283		41.240	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Dentre as características do estabelecimento, que abrange a economia e emprego no meio rural, a pecuária e a lavoura, tem-se também o setor da agroindústria rural. Nesse

contexto, em consonância com os dados da Tabela 16, a análise do número de estabelecimentos com ocupações não agrícolas, segundo o tipo de atividade e tipo de receitas obtidas, demonstrou que o setor da agroindústria ocupa a terceira posição em participação, comparando com as receitas da produção vegetal e animal.

Assim, tem-se uma participação das receitas da agroindústria em número de estabelecimentos proporcional a 19,05% para os agricultores familiares e de 9,74% para os não familiares, permitindo verificar, de forma empírica, que ocupam uma maior posição nos tipos de agricultura familiar ou de pequeno porte (TABELA 16). Considerando as denominações previstas por Schneider *Et al*. (2014) acerca da pluriatividade, as receitas da agroindústria são formas de ampliar a renda das unidades agrícolas.

9.3 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do estabelecimento

Analisando os dados da Tabela 17, nota-se que o número de estabelecimentos que auferem rendas oriundas de outras receitas do estabelecimento possui diferenças entre os agricultores familiares e não familiares. A participação da receita de desinvestimentos é maior para o setor não familiar, com 42,61%, ao passo que as instalações familiares detêm 26,04%.

Tabela 17 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do estabelecimento (unidades) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Outras receitas do estabelecimento: desinvestimentos	5.146	29,6	3.556	26,04	1.590	42,61
Outras receitas do estabelecimento: serviços de turismo rural	112	0,64	72	0,52	40	1,07
Outras receitas do estabelecimento: exploração mineral	168	0,96	130	0,95	38	1,01
Outras receitas do estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.	1.406	8,08	1.097	8,03	309	8.28
Outras receitas do estabelecimento: outras	10.939	62,93	9.062	66,38	1.877	50,3
Total do número de estabelecimentos	17.382		13.651		3.731	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Um dos fatores justificantes desses resultados pode estar relacionado com os dados previstos na Tabela 14, que aborda o Grupos de área total no Matopiba em relação aos agricultores familiares e não familiares, na qual se estabelece que a distribuição dos maiores hectares de terra é destinada aos agricultores não familiares.

Na Tabela 17 constam ainda outras receitas do estabelecimento identificadas como “outras”, que, segundo definição do Censo Agropecuário 2017, referem-se ao somatório dos valores obtidos com venda de animais criados em cativeiro, além de seus produtos, incluindo-se, também, a prestação de serviço para empresas integradoras que tenham contrato de integração com o estabelecimento para criação de animais ou para o cultivo de produção vegetal. Essas receitas ainda podem ser compostas por doações ou ajuda voluntária de pessoas com ou sem laços de parentesco com o produtor, prestação de serviços de beneficiamento ou transformação de produtos para terceiros, venda de excedente de energia elétrica gerada no estabelecimento e outras receitas referentes à atividade produtiva do estabelecimento agropecuário (IBGE, 2019).

Diante disso, observa-se uma relevante proporção do número de estabelecimentos que recebem tais receitas, para ambas as categorias de agricultores, representando 66,38% para os familiares e 50,3% para os não familiares.

Como se observa, existem estabelecimentos agropecuários que apresentam outras fontes de ingresso de receitas e rendas advindas do estabelecimento, denotando que não há uma exclusividade em relação à receita agrícola, uma vez que o montante proveniente de atividades não agrícolas ganha evidência no cenário rural.

9.4 Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do produtor

No Matopiba, conforme a Tabela 18, foram levantados os estabelecimentos que obtiveram outras receitas do produtor, não referidas à atividade produtiva do estabelecimento agropecuário, sendo as mais importantes aquelas atinentes a aposentadorias e pensões e a renda de atividades desenvolvidas fora do estabelecimento.

Observa-se que as receitas obtidas pelo produtor a título pessoal são compostas de forma expressiva por aposentadorias e pensões, fonte de renda não agrícola para o produtor nesse território, com proporção de número de estabelecimentos de 53,54% para os familiares e 22,07% para os não familiares (TABELA 18).

Tabela 18 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do produtor (unidades) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Outras receitas do produtor: aposentadorias e pensões	98.166	46,77	88.200	53,54	9.966	22,07
Outras receitas do produtor: em atividades fora do estabelecimento	57.564	27,42	21.080	12,79	36.484	80,79
Outras receitas do produtor: do Programa Garantia Safra	6.289	2,99	5.410	3,28	879	1,94
Outras receitas do produtor: de prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais)	228	0,1	202	0.12	26	0,05
Outras receitas do produtor: do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	400	0,19	349	0,21	51	0,11
Outras receitas do produtor: pagamentos por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	793	0,37	710	0,43	83	0,18
Outras receitas do produtor: de Programas dos Governos (federal, estadual e municipal)	77.022	36,69	67.420	40,92	9.602	21,26
Total do número de estabelecimentos	240.462		183.371		57.091	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Em que pese a importância do acesso ao ingresso de rendas não agrícolas na composição da renda total desses dois tipos de agricultores, para o setor familiar esse tipo de renda é fundamental para compensar as instabilidades e vulnerabilidades vivenciadas por grande parte da categoria que individualmente produz muito pouco e ajudam a manter as economias locais (AQUINO E*t al*. 2017).

Alinhado às receitas advindas de aposentadorias e pensões, tem-se aquelas oriundas de Programas Sociais. Nesse contexto, Aquino *Et al*. (2017) explica a importância do papel do Estado no desenvolvimento e inclusão social no meio rural, devido ao fato de as políticas de redistribuição direta de renda e a oferta de serviços públicos qualificados estarem entre os principais mecanismos utilizados para a correção das “falhas de mercado” e de manutenção da coesão social, o que pode ocorrer tanto por meio de políticas de cunho produtivo ou de políticas com enfoque social que beneficiem os mais pobres e vulneráveis.

Pode-se considerar, assim, que as fontes de renda, que evidenciam a pluriatividade, se apresentam como uma alternativa para os agricultores e suas famílias

almejarem novos empregos, aumentarem e variarem suas fontes de renda, visando uma estabilidade, reduzindo a pobreza e a vulnerabilidade no espaço rural, que sucede um espaço multifuncional (SCHNEIDER, 2007).

Ademais, tal assimetria entre os números de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar no Matopiba também ganha destaque no que se refere às receitas obtidas pelo produtor em razão de atividades desenvolvidas fora do estabelecimento ou retiradas de empresas ou negócios próprios (IBGE, 2019).

Observa-se que essas receitas são muito significativas para os agricultores não familiares no Matopiba, considerando que a participação dos estabelecimentos não familiares que obtém esse tipo de renda é de 80,79%, ao passo que para os familiares a participação é de 12,79% (TABELA 18).

Para Schineider (2010), o desempenho dessa diversidade de atividades emana de uma mudança multidimensional do meio rural, combinando atividades agrícolas e não-agrícolas, promovendo a manutenção do agricultor por outros meios não associados à agricultura.

A quantidade de estabelecimentos agropecuários que demandam uma variação das fontes de receitas pressupõe que a pluriatividade pode ser considerada uma estratégia importante para a diversificação da renda e para o fortalecimento, principalmente, da agricultura familiar. Por conseguinte, ao desenvolver outras atividades além daquelas insertas na agricultura, o produtor pode minimizar os riscos associados a eventuais perdas na produção agrícola, além de aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos membros da família.

Tais dados demonstram que um número expressivo de produtores dos estabelecimentos agropecuários possui como particularidade múltiplas fontes de receitas e rendas, notadamente não agrícolas, inserindo-se, nesse contexto, a pluriatividade do produtor e do estabelecimento.

Tendo em consideração o número de estabelecimentos que logram outras receitas do produtor, percebe-se diferenças entre as categorias de agricultores familiares e não familiares no Matopiba, diante da diversidade econômica e heterogeneidade social dessas categorias.

Não obstante, constata-se que a prática de atividades desassociadas da agricultura ainda figura como uma estratégia importante para os agricultores familiares, a fim de evitar o aumento do desemprego no campo, com a transferência do trabalhador rural para a zona urbana. Essa realidade acontece em razão de grande maioria das unidades

familiares carecer de insumos e equipamentos modernos, o que dificulta a competitividade no mercado agrícola, além das políticas de crédito não serem suficientes para a manutenção plena da categoria, incentivando a complementação monetária pela prática de outras atividades, bem como por meio de benefícios assistenciais governamentais.

10 VALOR DAS RENDAS E RECEITAS OBTIDAS PELOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E PELO PRODUTOR (FAMILIAR E NÃO FAMILIAR)

Neste capítulo serão analisadas as fontes de receitas que formam a receita total dos estabelecimentos agropecuários, quais sejam, as receitas da produção do estabelecimento, as outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor, assentado no conceito de receita, considerando as categorias da agricultura familiar e não familiar.

10.1 Valor das receitas da produção do estabelecimento, das outras receitas do estabelecimento e das outras receitas do produtor (familiar e não familiar)

A Tabela 19 apresenta dados correspondentes às categorias de agricultores familiares e não familiares no Matopiba, referentes ao Valor das receitas ou rendas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários (Mil Reais), discriminando os dados em relação às receitas da produção do estabelecimento, às outras receitas do estabelecimento e às outras receitas do produtor.

Tabela 19 – Valor das receitas da produção do estabelecimento, das outras receitas do estabelecimento e das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento	22.984.072	80,82	2.105.173	51,63	19.561.763	80,30
Outras receitas do estabelecimento	571.733	2,01	62.447	1,53	434.867	1,78
Outras receitas do produtor	3.474.631	12,21	1.557.469	38,19	2.836.064	11,64
Total das receitas	27.030.436		3.725.089		22.832.694	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Nota: Não fecha 100% devido à falta de informação.

No Matopiba, as receitas da produção do estabelecimento configuram o ingresso monetário mais importante para os agricultores familiares e não familiares da região, com percentual de 51,63% e 80,30%, na ordem. Assim, para estes últimos, tais receitas figuram quase sua totalidade (TABELA 19).

As outras receitas do produtor, aquelas desassociadas da atividade agrícola, constituem uma importante fonte de renda para a identificação da pluriatividade nos estabelecimentos dos agricultores no Matopiba, principalmente os familiares, com percentual de 38,19%. Para os agricultores não familiares, as outras receitas do produtor contam com participação de 11,64%, uma vez que o seguimento patronal baseia a maior parte da sua renda nas receitas oriundas da produtividade agrícola (TABELA 19).

Percebe-se, assim, que a principal fonte de receitas dos agricultores não familiares do Matopiba se concentra nas receitas da produção do estabelecimento, sendo que as outras receitas do produtor têm uma participação significativa para os familiares. Segundo os dados da Tabela 19, a participação das outras receitas do estabelecimento no Matopiba, em comparação às demais, ainda é pequena.

Diante disso, nota-se que a pluriatividade é um processo social plural na dinâmica da socialização do campo, combinando atividades não agrícolas com os trabalhos rurais, para buscar uma complementação de renda fora da unidade produtiva (HENIG, 2019).

Comparando a diversificação de rendas e receitas de ambas as categorias de agricultores, em relação aos agricultores familiares, a pluriatividade deve ser considerada como uma condição para a manutenção da população rural no campo e para viabilizar as pequenas unidades produtivas que encontram dificuldade em atender as demandas no mercado, sustentando-se de forma exclusiva na atividade agrícola. Esse apoio à agricultura familiar tem que considerar o âmbito do desenvolvimento local, levando em conta aspectos econômicos, sociais, ecológicos e culturais para a busca de soluções não excludentes (CARNEIRO, 1998).

Henig (2019) complementa que, para os agricultores familiares, essa diversificação nas atividades econômicas pode decorrer da incapacidade de a agricultura em prover renda suficiente para as famílias se manterem em condições dignas de vida.

10.2 Valor das receitas da produção do estabelecimento (familiar e não familiar)

A Tabela 20 estampa as participações das receitas da produção dos estabelecimentos agropecuários de agricultores familiares e não familiares no Matopiba,

ilustrando o valor da produção obtido e a importância das atividades agropecuárias para essas categorias de agricultores, constituindo-se nas mais importantes fontes de ganhos na composição total das receitas.

Tabela 20 – Valor das receitas da produção do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento: vegetal	15.669.281	68,17	351.443	16,69	13.326.187	68,12
Receitas da Produção do Estabelecimento: animais e seus produtos	5.831.818	25,37	1.578.037	74,95	3.966.317	20,27
Receitas da Produção do Estabelecimento: produtos da agroindústria	1.019.016	4,43	124.963	5,93	853.384	4,36
Total das receitas	22.520.115		2.054.443		18.145.888	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Nota: Não fecha 100% devido à falta de informação.

Verifica-se uma considerável variação nos percentuais entre agricultores familiares e não familiares na unidade territorial do Matopiba. A maior parte da produção vegetal se situa nos estabelecimentos do seguimento dos agricultores patronais, com participação de 68,12%, uma vez que estes detêm grande parte da tecnologia utilizada pelos produtores rurais e são capazes de produzir em larga escala para o mercado interno e externo. Para os familiares esse índice corresponde a 16,69% (TABELA 20).

Importante citar que, diante da dinâmica da agricultura do Matopiba, as receitas provenientes de atividades agropecuárias não se mostram equilibradas em relação aos agricultores não familiares, uma vez que o valor das receitas da produção animal conta com uma participação inferior, notadamente, 20,27%, em comparação com os familiares, cuja participação corresponde a 75,95% (TABELA 20).

De acordo com Bruinaine *Et al*. (2018), o Matopiba é uma região conhecida por sua expansão recente na agricultura, notadamente voltada ao agronegócio, demarcada em áreas estratégicas dos quatro estados, contando com solos férteis, técnicas e maquinários apropriados, além de acesso aos mercados de exportação. A economia e as estruturas vigentes nessa região refletem as transformações mais recentes, impulsionadas pela dinamização da agropecuária nas áreas de cerrado.

O Matopiba abrange extensas áreas com agricultura de larga escala e grande potencial produtivo vegetal, como soja, algodão, eucalipto, além de grandes áreas com

agricultura de subsistência, como mandioca, arroz, feijão e milho (BRUINAIN *Et al*., 2018).

Conforme se observa na Tabela 20, a participação da receita da produção animal para os agricultores familiares é muito significante em relação às fontes apresentadas, totalizando 74,95% (TABELA 20).

Uma das possíveis explicações para os altos índices da produção vegetal para o agricultor não familiar e da produção animal para o familiar, nesse recorte territorial, se firma, primeiramente, no fato de que a produção vegetal, que abrange a produção de frutas, verduras, grãos e outros cultivos, e a produção animal, podendo incluir a criação de animais, produção de leite, ovos e outros produtos, são partes significativas da agricultura brasileira (IBGE, 2019).

Schneider (2015) explica que as rendas/receitas provenientes da atividade agropecuária podem ser incluídas no que se entende como plurirrendimentos, considerando a pluriatividade como um fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura ou a agropecuária.

Segundo Graziano da Silva (1998), a dinâmica de crescimento da atividade agrícola depende de estratégias de expansão da agroindústria, desde a localização espacial até a inserção do produto no mercado interno e externo, além de uma atuação estatal na política de preços, de subsídios, de incentivos fiscais e de estímulo à formação de cooperativas. Assim, não se pode afirmar que houve a substituição de uma economia natural, vegetal e animal, por atividades agrícolas ligadas à indústria.

A agroindústria é reconhecida por ser uma atividade econômica que articula a agropecuária com a indústria, envolvendo a produção propriamente dita quanto a coleta, armazenamento, beneficiamento e distribuição dos produtos, bem como os equipamentos e técnicas necessários para o seu desenvolvimento. As receitas advindas da atividade da agroindústria, no Matopiba, apresentam percentual de 5,93% para os familiares e 4,36% para os não familiares (TABELA 20).

Tais índices indicam que os agricultores familiares não têm uma atuação expressiva na agroindustrialização dos produtos advindos dos estabelecimentos agropecuários. Em que pese esse processamento possa trazer vantagens na capacidade de agregar valor ao produto, há dificuldades para que o agricultor familiar se profissionalize nessa atividade, obtenha informações sobre esses processos produtivos, acerca de aspectos legais e de comercialização (STOFFEL, 2012).

De acordo com o que foi destacado, para o Matopiba, as receitas provenientes de

atividades agropecuárias no estabelecimento constituem umas das mais importantes fontes monetárias na composição total das receitas dos agricultores familiares e não familiares.

É de grande valia considerar a importância do emprego não agrícola na ocupação da força de trabalho no meio rural, porquanto parte do ingresso monetário obtido pelos membros da família em razão dessas atividades pode ser investido no próprio estabelecimento, custeando a produção e reduzindo as necessidades de financiamento e de concessão de crédito.

10.3 Valor das outras receitas do estabelecimento (familiar e não familiar)

A Tabela 21, por sua vez, indica os percentuais das receitas originadas do estabelecimento agropecuário que são dissociadas da agropecuária, evidenciando a pluriatividade. Os desinvestimentos despontam como uma das atividades com maior participação no Matopiba, totalizando 37,76% (TABELA 21).

Tabela 21 – Valor das outras receitas do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Outras receitas do estabelecimento: desinvestimentos	215.907	37,76	14.600	23,37	106.755	24,54
Outras receitas do estabelecimento: serviços de turismo rural	530	0,09	15	0,024	3	0,0006
Outras receitas do estabelecimento: exploração mineral	116	0,02	29	0,04	0	0
Outras receitas do estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.	1.659	0,29	440	0,7	81	0,018
Outras receitas do estabelecimento: outras	106.421	18,61	19.040	30,48	57.373	13,19
Total das receitas	324.633		34.124		164.212	

Fonte: Elaborada pela autora (2023)

Nota: Não fecha 100% devido à falta de informação.

No que tange a agricultura, os desinvestimentos se referem ao processo de venda do que foi investido em atividades agrícolas, sejam eles os animais, a terra, os equipamentos e máquinas, sementes e insumos, além da mão de obra envolvida na produtividade agrícola.

Partindo-se dessas considerações, percebe-se que o Matopiba demanda a complementação da receita oriunda de desinvestimentos. Nesse contexto, as participações de desinvestimentos dos seguimentos familiar e não familiar se apresentam similares, com 23,37% e 24,54%, respectivamente (TABELA 21). As demais atividades ainda não ocupam posição de destaque no meio rural do Matopiba, mas configuram a pluriatividade e contribuem para os plurirrendimentos desses estabelecimentos.

No Matopiba, para os agricultores familiares, as outras receitas ocupam a maior parte das receitas, com 30,48%, ao passo que tal participação é de 13,19% para os não familiares (TABELA 21).

Essa conjuntura permite observar que as receitas/rendas auferidas por meio de outras receitas do estabelecimento, notadamente os desinvestimentos, se situam em posição de relevância no Matopiba, uma vez que, em valores, a categoria da agricultura familiar e a da não familiar tem uma participação aproximada.

Demonstra-se dos dados e das informações literárias que os agricultores familiares exercem atividades complementares e diversificadas para sua sobrevivência, aumentando sua produção e obtendo mais opções de trabalho e renda, visando melhorar suas condições de vida, bem como inserir-se economicamente no mercado.

10.4 Valor das outras receitas do produtor (familiar e não familiar)

A Tabela 22 expõe o valor de receitas auferidas pelo produtor familiar e não familiar que não estão vinculadas a atividades produtivas, agrícolas ou não agrícolas, do estabelecimento agropecuário.

Dentre tais receitas, estão incluídos os ingressos monetários advindos de atividades desenvolvidas fora do estabelecimento ou de negócios próprios, e os benefícios concedidos pelo governo e políticas redistributivas, composto por aposentadorias e pensões e por programas sociais de transferência de renda, caracterizando os plurirrendimentos no território em análise.

Conforme se verifica, as receitas obtidas pelo produtor e sua família a título pessoal são compostas predominantemente por aposentadorias e salários obtidos em atividades fora da unidade de produção. Os dados que mais se destacam indicam que receitas provenientes das aposentadorias e pensões tem uma participação de 67,66% para os agricultores familiares, com notável importância para o setor. As mesmas receitas não contam com tanta representatividade em relação aos agricultores não familiares, uma vez

que a participação é de 5,78% (TABELA 22).

Tabela 22 – Valor das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Matopiba, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Outras receitas do produtor: aposentadorias e pensões	1.625.381	46,77	1.053.890	67,66	163.979	5,78
Outras receitas do produtor: em atividades fora do estabelecimento	2.775.800	79,88	105.388	6,76	2.081.289	73,38
Outras receitas do produtor: do Programa Garantia Safra	4.979	0,14	3.668	0,23	577	0,02
Outras receitas do produtor: de prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais)	341	0,009	268	0,01	8	0,0002
Outras receitas do produtor: do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	4.498	0,12	1.391	0,089	518	0,018
Outras receitas do produtor: pagamentos por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	1.088	0,031	1.234	0,079	25	0,0008
Outras receitas do produtor: de Programas dos Governos (federal, estadual e municipal)	208.418	6	164.220	10,54	21.433	0,75
Total	4.620.505		1.330.059		2.267.829	

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Nota: Não fecha 100% devido à falta de informação.

Observa-se que as receitas agropecuárias mantêm um peso menor da formação da receita total nos estabelecimentos de agricultura familiar ante os estabelecimentos de agricultura não familiar (TABELA 19). Em contrapartida, as receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais são pouco significativas na formação da receita total dos estabelecimentos não familiares, contrastando com o que ocorre na agricultura familiar (TABELA 22).

Nesse aspecto, percebe-se a importância relativa das receitas de atividades não agropecuárias e da significativa relevância, inclusive absoluta, das receitas de aposentadorias e transferências governamentais, a exemplo deste último do Programa Bolsa Família, especialmente para a agricultura familiar. Os potenciais destinatários deste benefício no Brasil são advindos de domicílios que se encontram em situação de pobreza (SCHNEIDER, 2013).

Esses índices podem se justificam pelo fato de que os agricultores familiares são, geralmente, pequenos produtores, que não dispõem de aparatos tecnológicos suficientes

para concorrer no mercado e produzir o suficiente para lucrar e se manter, razão pela qual demandam significativamente das políticas do Estado.

Assim sendo, o acesso a esses benefícios invoca melhorias na composição da renda das famílias, no sustento dos dependentes, com a redistribuição de renda e redução da pobreza rural. Augusto e Ribeiro (2005) aduzem que os benefícios previdenciários, notadamente a aposentadoria rural, incrementam a economia dos pequenos municípios, principalmente dos menos desenvolvidos, uma vez que tais benefícios são consumidos nos comércios locais, estimulando uma maior movimentação financeira, contribuindo para o aumento de oportunidades de trabalho, além de promover a melhoria da qualidade de vida dos aposentados e de seus dependentes.

As estratégias de diversificação de rendas e a busca por uma variedade de atividades e ocupações podem representar um amparo às famílias em situação de risco no meio rural ou em condições de vulnerabilidade social. Nesse aspecto, os agricultores familiares buscam outros meios de vida, com novas possibilidades de trabalho e obtenção de renda.

Os plurirrendimentos originados de outras fontes de receitas do produtor se destacam também nas receitas provenientes de atividades fora do estabelecimento, cuja participação é de 79,88%, considerando que o produtor local busca outros meios de obter lucros, fora do estabelecimento rural (TABELA 22).

Para os agricultores não familiares no Matopiba, as receitas derivadas de atividades fora do estabelecimento destacam a pluriatividade na categoria, uma vez que tem participação de 73,38% (TABELA 22). Tal resultado demonstra que os agricultores não familiares, no Matopiba, aliam os seus recursos produtivos a receitas de outras atividades, sejam elas de outros vínculos empregatícios ou de empresas e negócios próprios (SCHNEIDER, 2015).

De outro modo, as referidas receitas não ocupam posição de destaque entre os agricultores familiares, tendo participação de 6,76% (TABELA 22), indicando que a oferta de receitas fora do estabelecimento é expressivamente menor para esse setor.

Nas unidades territoriais da região do Matopiba (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), as receitas agropecuárias são predominantes entre os agricultores não familiares, notadamente, os oriundos de produtos vegetais. Em relação ao seguimento da agricultura familiar, constata-se que a venda da produção de origem animal ganha destaque. As outras receitas do estabelecimento, na referida região, como serviço de turismo rural, exploração mineral e artesanatos em geral, não apresentam notória relevância para ambas as

categorias de agricultores, além disso, esse tipo de receita fica muito abaixo aos valores comparados com as demais fontes de renda.

Observa-se, ainda, que as receitas de aposentadorias, pensões e transferências governamentais são pouco significativas na formação da receita total dos estabelecimentos não familiares no Matopiba. Por sua vez, para o seguimento familiar, tais receitas, em sua maioria, são expressivamente consideradas.

Diante do exposto, é possível considerar que as receitas provenientes de atividades não agropecuárias, auxiliam, positivamente, na formação da receita total dos estabelecimentos na região do Matopiba, evidenciando a pluriatividade e os plurirrendimentos no território.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possibilitou compreensões acerca da evolução da agricultura no Brasil, bem como pontuou as características dos agricultores familiares e não familiares. Foram discutidos também aspectos relacionados ao novo rural e a dinâmica do mercado de trabalho e as consequências dessas mudanças para o surgimento da pluriatividade e, consequentemente, dos plurirrendimentos, no meio rural. Abordou-se, ainda, a importância das políticas públicas para o desenvolvimento do seguimento agrícola não familiar e, principalmente, do familiar.

O perfil do produtor do Matopiba foi delineado e colaborou para o entendimento de que as características pessoais, os aspectos socioeconômicos, como níveis de organização do produtor e a utilização de assistência técnica, interferem nas características dos agricultores familiares e não familiares, suas formas de produção e exercício de outras atividades.

Além disso, verificou-se a diversidade de atividades praticadas no Matopiba e as variadas fontes de rendas auferidas nos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares na região, a partir da análise dos dados do Censo Agropecuário de 2017.

No tocante às características das atividades desenvolvidas nos estabelecimentos agropecuários do Matopiba, nota-se que são variadas e descendem da ruralidade moderna, que modificou o trabalho no meio rural e as formas de ocupação local.

Analisou-se a estrutura no Matopiba de acordo as receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor. Com isso, da análise dos dados dos estabelecimentos agropecuários, notou-se que grande parte dos estabelecimentos na região obtém receitas provenientes da produção e receitas auferidas pelo produtor, em ambas as categorias de agricultores, familiares e não familiares.

No que se refere ao valor das rendas e receitas, aquelas originadas da produção se

destacam em detrimento das demais analisadas, uma vez que a região do Matopiba é particularizada pela grande produção de *commodities* destinadas ao mercado interno e externo, bem como também atua na produção de animais e seus derivados.

Da observância dos dados das unidades que obtiveram receitas do estabelecimento, tem-se que para ambas as categorias de produtores, familiares e não familiares, parte dos estabelecimentos conta com rendas provenientes da produção animal. Essa mesma análise, referente ao valor das rendas e receitas, conclui que a agricultura patronal obtém maior parte das suas receitas da produção vegetal, já que contam, geralmente, com grandes propriedade e produção de larga escala, resultado da construção histórica, local de crescimento do agronegócio, sustentado por interesses do capital externo. As receitas da produção animal são mais presentes no setor familiar.

Outrossim, os registros da pluriatividade e os plurirrendimentos no Matopiba ocorrem diante dos dados referentes às outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor, visto que o produtor alcança outras fontes de renda, desassociadas das atividades agrícolas. A partir de tal perspectiva, verifica-se que as outras receitas do estabelecimento, como desinvestimentos, serviços de turismo rural, exploração mineral e artesanato se posicionam como rendas complementares para os setores agrícolas familiares e não familiares, resguardadas as suas particularidades.

Com relação às outras receitas do produtor, a pesquisa mensura a importância dessa fonte de renda na formação da receita total dos agricultores. A partir de tal análise, registrou-se que as receitas de aposentadorias e pensões constituem rendas importantes para os agricultores familiares, posto que o setor familiar é caracterizado por uma maior vulnerabilidade e carece de outras fontes de renda para a manutenção do bem-estar dos membros da família e sua segurança alimentar.

A pluriatividade e os plurirrendimentos referentes a essas receitas também alcançam o setor não familiar, notadamente em relação às atividades fora do estabelecimento, considerando que o agricultor patronal tende a possuir outros negócios externos ao estabelecimento agropecuários, como extensão da sua renda.

Por conseguinte, constata-se o exercício de diversas atividades pelos produtores rurais no Matopiba, com registros para os agricultores familiares e não familiares, os quais, considerando as suas particularidades, possuem diferentes fontes complementares de renda.

No tocante às políticas públicas, nota-se que foram implementadas ações destinadas principalmente ao setor agrícola familiar, diante dos problemas sociais

enfrentados por esses produtores no meio rural. No entanto, em uma região como o Matopiba, marcada pelo agronegócio, sugere-se a implementação de políticas públicas e benefícios assistenciais direcionados aos agricultores familiares locais, com incentivos para a produção dos estabelecimentos, visando uma menor dependência de outras fontes de renda desassociadas da agropecuária, para que não haja aspecto limitador da inclusão desse setor em políticas de crédito e financiamentos.

Quanto aos problemas de pesquisa, foram devidamente respondidos, eis que as características da agricultura familiar demandam a complementação dos rendimentos por meio de outras fontes, sejam elas relacionadas ao estabelecimento agropecuário ou não.

Ademais, os objetivos propostos para a pesquisa foram cumpridos, eis que delineou-se o perfil do produtor; foram demonstradas as definições de agricultura familiar e não familiar, bem como atestou-se o papel da pluriatividade e dos plurirrendimentos nesses setores econômicos; identificou-se e analisou-se o número de estabelecimentos e o valor das rendas e receitas, na área de estudo; caracterizou-se e analisou-se a pluriatividade e os plurirrendimentos doa agricultores familiares e não familiares no Matopiba.

Para pesquisas futuras, sugere-se analisar os dados em relação aos estados insertos no Matopiba de forma individualiza, a fim de que se possa comparar o reflexo da pluriatividade em cada local.

Ressalta-se que a principal limitação desta pesquisa foi a dificuldade em obter dados em relação aos agricultores não familiares, uma vez que grande parte das pesquisas científicas são direcionadas aos agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, T.; FERRARI, D.; TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Ed. Unesco, 1998. 104p. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/001017770. Acesso: em 10 abr. 2022.

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Campinas: IPEA, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2360/1/TD_702.pdf. Acesso: em 10 abr. 2022.

ALVES, E. R. A.; CONTINI, E.; GASQUES, J. G. Evolução da produção e produtividade da agricultura brasileira. **Agricultura Tropical**. p. 67-98, 2008. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1061204/1/Evolucaodaproducao.pdf. Acesso: em 13 nov. 2022.

AMORIM, D. I. M.; BACHA, C. J. C. Mudanças no meio rural brasileiro na segunda década do século XXI. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 823-845, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ecos/a/vQCNQZzh4yfbZLGvj67vW7b/abstract/?lang=pt. Acesso em: 14 fev. 2023.

AUGUSTO, H. A.; RIBEIRO, E. M. **O envelhecimento e as aposentadorias no ambiente rural: um enfoque bibliográfico**. Organizações Rurais & Agroindustriais, v. 7, n. 2, p. 199-208, mai/ago. 2005. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/878/87817130006.pdf. Acesso: em 10 fev. 2023.

BALSADI, O. V.; BORIN, M. R. Ocupações agrícolas e não agrícolas no Rural Paulista: análise das evoluções no período 1990-2002. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 4, p. 155-174. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/23908/1/OCUPACOES-AGRICOLAS.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

BIANCHINI, V. Vinte anos do PRONAF, 1995-2015: avanços e desafios. **Brasília: SAF/MDA**, 2015. 113p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 out. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 1.946 de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei n° 11.326 de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 13 nov. 2022.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 205-227, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/vz3j55w5HNg95Kj5QQkqFCR/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 mai. 2023.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. Dinâmica da economia agropecuária do Matopiba. **Ipea**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2283zzzzkkkk.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

BUAINAIN, A.M.; GARCIA, J.R.; VIEIRA FILHO, J. E. R. A economia agropecuária do Matopiba. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/ESA26-2_06_Matopiba#:~:text=Como%20hip%C3%B3tese%2C%20entende%2Dse%20que,A%20economia%20agropecu%C3%A1ria%20do%20Matopiba. Acesso em: 01 mar. 2022.

BUZATO, H. C. *Et al*. A soja no Matopiba: contradições do modelo de desenvolvimento, riscos e perspectivas para a conservação do cerrado. **Revista Sustentabilidade em debate**, n. 6, 2018. Disponível em: https://norteagropecuario.com.br/media/8803/estudo-soja-no-matopiba.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

CAMPANHOLA, C., DA SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna: EMBRAPA. 2000. Disponível em: http://livimagens.sct.embrapa.br/amostras/00074530.pdf. Acesso em: 05 mar. 2022.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos sociedade e agricultura**, 1998. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135. Acessado em: 19 mai. 2023.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do Agronegócio brasileiro de 1996 a 2018**. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br. Acessado em: 19 mar. 2023.

CRUZ, M. P. M. D. E*t al*. Diferenciais de rendimentos entre atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural do Brasil. **Economia Aplicada**, v. 26, n. 1, 2022, p. 31-54. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/67230/1/2022_art_mpmcruz.pdf. Acesso em: 14 mar. 2023.

DA SILVA, A. J. E*t al*. Estratégias de reprodução socioeconômica da agricultura familiar no cerrado piauiense. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e388101422124-e388101422124, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22124/19707. Acesso em: 15 mar. 2023.

DA SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Re. Campinas, SP: UNICAMP, IE, 1998. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/30anos/anovadinamicadaagriculturabrasileira.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

DA SILVA, J. G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/wBhqxk4dx5knGc7bSB8qhJm/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 08 abr. 2022.

DA SILVA, J. G. O Novo Rural Brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte-MG, v. 7, n. 1, 1997. Disponível em: https://revistas.face.ufmg.br/index.php/novaeconomia/article/view/2253/1193. Acesso em: 01 mar. 2022.

DE AQUINO, J. R. E*t al*. Agricultura familiar no Rio Grande do Norte segundo o Censo Agropecuário 2017: perfil e desafios para o desenvolvimento rural. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 113-131, 2020. Disponível em: https://www.corecon-rn.org.br/wp-content/uploads/2020/11/L_1270_RN.pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

DE AQUINO, J. R. *Et al*. **Articulação de políticas para a superação da pobreza rural: um estudo das interfaces entre o programa bolsa família e as políticas de inclusão produtiva no Nordeste e no Sul do Brasil**. 2017. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1088537. Acesso em: 24 mai. 2023.

DE CASTRO, L. F. P. Agricultura familiar, habitus e acesso à terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: https://revista.abrasd.com.br/index.php/rbsd/article/view/17/37. Acesso em: 30 abr. 2023.

DE LIMA, E. C. **Matopiba: Desenvolvimento Rural em uma nova fronteira agrícola**. 2020. 151 p. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Ecnonomia – Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, p. 51-90, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf. Acesso em: 15 fev. 2023.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.). **Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-

content/uploads/2017/10/Agricultura_Familiar.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

DELGADO, G. C.; CARDOSO Jr., PEREIRA, J. C. **O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente de universalização**. Brasília: IPEA, 1999. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2834/1/td_0688.pdf. Acesso em: 10 fev. 2023.

DELGADO, G. C. **Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século** (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 144 p. Disponível em: https://mst.org.br/download/do-capital-financeiro-na-agricultura-a-economia-do-agronegocio/. Acesso em: 08 abr. 2022.

DELGADO, N. G. Papel e lugar do rural no desenvolvimento nacional. **Rio de Janeiro: IICA/MDA**, 2009. Disponível em: https://silo.tips/download/papel-e-lugar-do-rural-no-desenvolvimento-nacional. Acesso em: 15 fev. 2023.

DE QUEIROZ STEIN, A.; CONTERATO, M. A.. Agricultura familiar e agricultura não familiar em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul: considerações a partir do Censo Agropecuário 2006. **Ensaios FEE**, v. 34, 2013. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa2/Agricultura_Familiar_e_Agricutura_nao_familiar_em_Microrregioes_Selecionadas_do_RS-Consideracoes_a_partir_do_Censo_Agropecuario_2006.pdf. Acesso em: 04 fev. 2023.

DE REZENDE GONZALEZ, B. C.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura brasileira: modernização e desempenho. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 5, n. 10, 1998. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4774. Acesso em: 13 nov. 2022.

DE SOUZA, P. M. E*t al*. Agricultura familiar versus agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 1, p. 105-124, 2011. Acesso em: 13 mar. 2023.

DINIZ, R. F.; CLEMENTE, E. C. A geografia do acesso ao serviço de orientação técnica pelos agricultores familiares no Brasil e no estado de Goiás: uma análise espaço-temporal dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017. **PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 21, n. 3, p. 128-160, 2020. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8061/pdf. Acesso em: 22 mai. 2023.

DOS SANTOS, G. R.; DE SANTANA, A. S. Panorama da diversidade produtiva e de renda na agropecuária brasileira: uma breve incursão nos dados do Censo de 2017. **Boletim regional, urbano e ambiental**. Edição Especial Agricultura 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10475/1/brua_23_artigo4.pdf. Acesso em: 15 mar. 2023.

DOS SANTOS, L. F. **Padrões Espaciais das Transformações produtivas e da estrutura fundiária do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Matopiba)**. 2021. 100 p. Dissertação. Programa de Pós-graduação – Universidade Estadual de Santa Cruz – Uesc.

ELESBÃO, I.; FANTINEL, A. L.; FLORES, Y. R. PLURIATIVIDADE COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE DONA FRANCISCA/RS. **Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 8, n. 1, p. 74-86, 2020. Disponível em: https://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/gedecon/article/view/170/176. Acesso em: 15 mar. 2023.

EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES (EBC). **Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais**. 2019. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais. Acesso em: 20 mar. 2023.

ESCHER, F. *Et al*. Caracterização da Pluriatividade e dos Plurirrendimentos da Agricultura Brasileira a partir do Censo Agropecuário 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 04, p. 643-668, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/zDDK4zsbcFyYnKGHgBt8Mnr/?format=html&lang=pt. Acesso em: 11 out. 2021.

FAVARETO, A. *Et al*. **Entre chapadas e baixões do Matopiba**: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no Cerrado. 22ª ed. São Paulo: Ilustre, 2019. Disponível em: https://storage.googleapis.com/planet4-brasil-stateless/2019/05/49824d91-entre-chapadas-e-baix%C3%B5es-do-matopiba_vers%C3%A3o-ebook.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

FAO; INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar. **Brasília: versão preliminar de agosto de**, 1994.

FERREIRA, B.; ALVES, F.; CARVALHO FILHO, J. Constituição vinte anos: caminhos e descaminhos da reforma agrária–embates (permanentes), avanços (poucos) e derrotas (muitas). **Políticas Sociais, Acompanhamento e Análise: Vinte Anos da Constituição Federal. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasilia**, 2009. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4334/1/bps_n.17_vol02_desenvolvimento_agrario.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

FERREIRA, B.; SCHNEIDER, S.; ALVES, F. **Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Ipea, 2014. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/255799/000919337.pdf?sequence=1. Acesso em: 24 mai. 2023.

FIGUEIREDO, S. C. D. **Importância do nível de escolaridade para os agricultores na gestão da propriedade rural**. Anais I CINTEDI... Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2014/Modalidade_4datahora_14_11_2014_20_16_22_idinscrito_4826_b3f1bb1d07df132c0633e97fe3cad344.pdf. Acesso em: 07 jun. 2023.

FREITAS, T. D.; DEPONTI, C. M. A Ruralidade e o Urbano: reflexões teóricas para a

compreensão do Desenvolvimento Regional. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2020. Disponível em: https://www.revistappr.com.br/artigos/publicados/artigo-a-ruralidade-e-o-urbano-reflexoes-teoricas-para-a-compreensao-do-desenvolvimento-regional.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

FULLER, A.; BRUN, A. Social-Economic Aspects of Pluriactivity in Western Europe. In: ***Rural Change in Europe***. Arkleton Research, Second Review Meeting, Waldkirchen, 18-21 september, Germany, p. 147-167, 1988. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/074301679090049E. Acesso em: 10 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 19 fev. 2023.

GONZALEZ, B. C. R.; COSTA, S. M. A. L. Agricultura Brasileira: Modernização e Desempenho. **Revista Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 5, n. 10, p. 7-35, 1998. Disponível em: http://seer.upf.br/index.php/rtee/article/view/4774. Acesso em: 08 abr. 2022.

GRISA, C. As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 2, p. 83-109, 2010. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31915/18074. Acesso em: 11 out. 2021.

GRISA, C.; NIERDELE, A. P. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadermos de Desarrollo Rural 5**, 2008. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1199. Acesso em: 28 out. 2021.

GROSSI, M. D. A Identificação da Agricultura Familiar no Censo Agropecuário 2017. **Revista NECAT,** vol. 8, n. 16, 2019. Disponível em: https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4316/3245. Acesso em: 01 mar. 2022.

GROSSI, M.D.; FLORIDO, A. C. S.; RODRIGUES, L. F. P.; OLIVEIRA, M. S. D. Comunicação de Pesquisa: Delimitando a agricultura familiar nos Censos Agropecuários Brasileiros. **Revista NECAT,** Ano 8, nº 16, 2019. Disponível em: https://revistanecat.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/4315/3243. Acesso em: 28 out. 2021.

HENIG, E. V. Reflexões Sobre Trabalho e Pluriatividade Na Agricultura Familiar. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 5, n. 9, p. 129-148, 2019. Disponível em: https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rdtps/article/view/8915/6090. Acesso em: 19 fev. 2023.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. Desigualdade, escolaridade e rendimentos na agricultura, indústria e serviços, de 1992 a 2002. In: **XLII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. 2004. p. 1-28. Acesso em: 21 mai. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html. Acesso em: 16 fev. 2023.

IBGE. **CENSO AGROPECUÁRIO**. 2012. Disponível em: https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-agropecuarios.html. Acesso em: 28 out. 2021.

IBGE. **Censo agropecuário 2017**: Resultados definitivos. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 02 nov. 2021.

IPEA. **Pluriatividade e Plurirrendimentos nos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil e das Regiões Sul e Nordeste**: Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006. Brasília, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7596/1/RP_Pluriatividade_2013.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

KAHN, A. S.; SILVA, L. M. R. Assistência técnica, eficiência na utilização dos fatores de produção e da produtividade diferencial em propriedades rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 35, n. 2, p. 95-114, 1997. Disponível em: https://www.revistasober.org/article/5da37ad10e8825996eba68e1. Acesso em 19 mar. 2023.

KURTEN, L. B.; TERNOSKI, S. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Publica Cresol**. 2016. Disponível em: https://publicacresol.cresolinstituto.org.br/upload/pesquisa/270.pdf. Acesso em: 23 mar. 2022.

LIMA, L.O.; MEDEIROS, M.B.; SILVA, M.J.R. Identificação das dificuldades de acesso ao Pronaf pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro. **Revista de Extensão da UNIVASF,** Petrolina, v. 7, n.2 p. 006-0025, 2019. Disponível em: https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1015/744. Acesso em: 27 out. 2021.

LOPES, I. G. V.; DE PAULA ROCHA, D. Agricultura familiar: muitos produzem pouco. **Revista Conjuntura Econômica**, v. 59, n. 2, p. 30-35, 2005. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/27452/26329. Acesso em: 04 fev. 2023.

LOPES, M. A. Matopiba, a nova ousadia da agricultura brasileira. **Embrapa**. 2014. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1705609/matopiba-a-nova-ousadia-da-agricultura-

brasileira#:~:text=No%20Matopiba%2C%20a%20agricultura%20e,e%20h%C3%A1%20muitas%20%C3%A1reas%20degradadas. Acesso em: 01 mar. 2022.

MATOS, A. K. V. Revolução Verde, Biotecnologia e Tecnologias Alternativas. **Cadernos da FUCAMP**, v. 10, n.12, p.1-17, 2011. Disponível em: https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/134/120. Acesso em: 08 abr. 2022.

MATTEI, L. Evolução do crédito Pronaf para as categorias de agricultores familiares A e A/C entre 2000 e 2010. **Revista Economia NE**, v.45, n.3, p.58-69,2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280298775_EVOLUCAO_DO_CREDITO_DO_PRONAF_PARA_AS_CATEGORIAS_DE_AGRICULTORES_FAMILIARES_A_e_AC_ENTRE_2000_e_2010. Acesso em: 27 out. 2021.

MIRANDA, E. E.; MAGALHÃES, L. A.; CARVALHO, C. A. Proposta de delimitação territorial do Matopiba. Campinas: Embrapa, **Nota técnica**, n. 1,2014. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/bitstream/doc/1037313/1/NT1DelimitacaoMatopiba.pdf. Acesso em: 13 nov. 2021.

NASCIMENTO, C. A.; AQUINO, J. R. de; DELGROSSI, M. E.. Tendências recentes da agricultura familiar no Brasil e o paradoxo da pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60(3), e240128. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/H7NFXXwRFXMzVzNNJjgsnsh/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 out. 2021.

NAVARRO, Z. Meio século de interpretações sobre o rural brasileiro (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 57(5), p. 472-489, 2019. Disponível em: https://www.revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2019.219449. Acesso em: 01 mar. 2022.

NIEDERLE, P. A.; GRISA, C. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, 5 (61), 2008. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/desarrolloRural/article/view/1199. Acesso em: 11 out. 2021.

OIT. **World Employment Report 2004-2005**: employment, productivity and poverty reduction. Geneva: ILO, 2005. Disponível em: https://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/P/09465/09465%282004-2005%29272.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

OIT. **Políticas de Emprego**: Compreender os impulsionadores da vulnerabilidade rural. Genebra: ILO, 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_726754.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

PASQUALOTTO, *Et al.* **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. 1ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/18455. Acesso em: 20 mar. 2022.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 229-252, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/fngwsjnkZHvKMD7Ly3T6gks/abstract/?lang=pt. Acesso em: 21 mai. 2023.

PEREIRA, C. N.; DE CASTRO, C.N. **Assistência técnica na agricultura brasileira: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do Censo Agropecuário de 2017**. Texto para Discussão, 2021. Disponível em: https://www.econstor.eu/bitstream/10419/249222/1/td2704.pdf. Acesso em: 21 mai. 2023.

PEREIRA, C. N.; DE CASTRO, C. N.; PORCIONATO, G. L. Aspectos socioeconômicos da região do Matopiba. **Revista Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, IPEA, 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8462/1/BRU_n18_Aspectos.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

PEREIRA, C. N.; DE CASTRO, C. N.; PORCIONATO, G. L. Dinâmica Econômica, Infraestrutura e Logística no Matopiba. **Ipea,** Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2382.pdf. Acesso em: 11 out. 2021.

PEREIRA, C. N. Estrutura agrária no Matopiba: apontamentos a partir do censo agropecuário de 2017. **Ipea**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9662. Acesso em: 15 fev. 2023.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 14p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zUDsAQAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=PRODANOV,+C.+C.%3B+FREITAS,+E.+C.+Metodologia+do+trabalho+cient%C3%ADfico:+m%C3%A9todos+e+t%C3%A9cnicas+da+pesquisa+e+do+trabalho+acad%C3%AAmico&ots=dc32eiu7zR&sig=w-qW2siF3xqGEpT_7QujL1goQSA#v=onepage&q&f=false. Acesso em 08 mai. 2023.

REIS, S. L. S. A territorialização do capital globalizado na nova fronteira agrícola nacional: Matopiba. **II Simpósio Baiano de Geografia Agrária: entre a teoria e a prática, articulações e resistências,** Salvador-BA, 2017. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo1_simonyreis.pdf. Acesso em: 01 mar. 2022.

RESENDE, G. M. *Et al*. **Brasil: Dez Anos Da Política Nacional De Desenvolvimento Regional (PNDR)**. 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4866/1/BRU_n11_brasil.pdf. Acesso em: 16 fev. 2023.

ROCHA, J. M.; BRANDENBURG, A. Limites da Agricultura familiar: A sustentabilidade em questão. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 2, p. 93-104, maiolago, 2003. Disponível em:

https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10947. Aceso em: 23 mar. 2022.

RUFO, T. F., *Et al.* A região do Matopiba: modernização agrícola, dinâmicas e transformações urbanas, em especial os cerrados piauienses. **Boletim de Geografia**, Maringá-PR, v. 37. N. 3. P. 243-260, 2020. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/43216. Acesso em: 01 mar. 2022.

SANTOS, G. R.; VIAN, C. E. de F.; MATTEI, L. **Notas conceituais e definições de suporte às políticas públicas para a agropecuária após a Constituição Federal de 1988**. 2020. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10476. Acesso em: 16 fev. 2023.

SANTOS, J. B. **Analfabetismo entre jovens e adultos: estudo da Meta 9 dos Planos Municipais de Educação do sudoeste paranaense**. 2022. Disponível em: https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6321/1/SANTOS.pdf. Acesso em 21 mai. 2023.

SCHEUER, J. M. Dinâmica da agricultura brasileira em 2006-2017. **Revista da política agrícola**. Ano XXVIII – Nº 3, 2019. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/210571/1/Dinamica-da-agricultura-brasileira-em-2006-2017.pdf. Acesso em: 28 out. 2021.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. **Revista Agrotrópica. Itabuna**, v. 19, p. 21-30, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac/publicacoes/revista-agrotropica/revista/agrotropica-2007v19nunico.pdf#page=24. Acesso em: 20 mar. 2023.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de política Agrícola**, v. 16, n. 3, p. 14-33, 2007. Disponível em: https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/457/408. Acesso em: 19 jan. 2023.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro in **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial – Contribuições ao Debate** / Flávio Borges Botelho Filho (organizador) – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados. v. 5. N. 17, 2005. p. 23-42. Disponível em: https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf. Acesso em: 08 abr. 2022.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: https://books.scielo.org/id/b7spy. Acesso em: 02 nov. 2021.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação**, 2007. Disponível em: https://www.ufrgs.br/pgdr/wp-content/uploads/2021/12/396.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista**

ALASRU-Análisis Latinoamericano del Medio Rural, Estado do México, n. 9, p. 21-52, 2014. Disponível em: https://www.ceccam.org/sites/default/files/Revista%20ALASRU.pdf#page=21. Acesso em: 16 fev. 2023.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: https://revista.ufrr.br/actageo/article/view/4436/2911. Acesso em: 11 out. 2021.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S109-S130. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WDsndRqMPtmf/abstract/?lang=pt. Acesso em: 11 out. 2021.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol 30. Nº 3 (119), pp. 511-531, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?lang=pt. Acesso em: 08 abr. 2022.

SILVA, E. M.; REIS, L. L. M.; COUTO, V. A. Agricultura Familiar na Bahia: uma análise dos dados do censo agropecuário 2017. **Rev. Econ. NE, Fortaleza**, v. 51, suplemento especial, p. 211-226. Disponível em: https://g20mais20.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1268. Acesso em: 11 out. 2021.

SILVA, E.G.A.S.; LIMA, A.F.; IWATA, B.F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, 2019. Disponível em: https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/332/294. Acesso em: 01 mar. 2022.

SILVA, R. P. AS ESPECIFICIDADES DA NOVA ATER PARA AGRICULTURA FAMILIAR (The specifics of the new ATER for Family Farming). **Revista Nera**, n. 23, p. 150-166, 2014. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2175/2389. Acesso em: 22 mai. 2023.

SILVA, R. V.; SILVA, P. H. G. NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS PRODUTORES RURAIS DE COLINAS DO TOCANTINS. In: **10ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2019. Disponível em: https://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/10jice/paper/viewFile/9456/4554. Acesso em: 21 mai. 2023.

SOUZA, L. R. S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/pdf/cudr/v8n67/v8n67a10.pdf. Acesso em: 25 abr. 2022.

STOFFEL, J. Agricultura familiar nos Estados da Região Sul do Brasil: caracterização a partir dos dados do censo agropecuário de 2006. **6º Encontro de Economia Gaúcha**, 2012. Disponível em: http://cdn.fee.tche.br/eeg/6/mesa15/Agricultura_Familiar_nos_Estados_da_Regiao_Sul_do_Brasil-Caracterizacao_a_partir_do_Censo_Agropecuario_de_2006.pdf. Acesso em: 27 mai. 2023.

VAN DER SAND, A. A importância dos benefícios sociais na composição da renda rural. **Salão do Conhecimento**, v. 6, n. 6, 2020. Disponível em: https://publicacoeseventos.unijui.edu.br. Acesso em: 10/02/2023.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1 e 2, p. 82-98, 2004. Disponível em: http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/236/218. Acesso em: 05 fev. 2023.

APÊNDICE A
AVALIAÇÃO DA PLURIATIVIDADES E PLURIRRENDIMENTOS NO BRASIL

A presente pesquisa também se debruçou sobre dados da agricultura familiar e não familiar no Brasil.

A tabela 1 traz informações acerca do número de estabelecimentos que estimam as receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor, referente à totalidade e à parcela de agricultores familiares e não familiares no Brasil.

Tabela 1 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor (unidades) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento	3.796.594	78,98	2.951.064	80,58	845.530	73,86
Outras receitas do estabelecimento	351.534	7,31	274.025	7,48	77.509	6,77
Outras receitas do produtor	3.564.663	74,16	2.644.714	72,22	919.949	80,36

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 2 abarca que o número de estabelecimentos que estima receitas da produção do estabelecimento.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram receitas da produção do estabelecimento (unidades) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento: vegetal	1.894.089	49,88	1.515.745	51,36	378.344	44,74
Receitas da Produção do Estabelecimento: animais e seus produtos	2.522.449	66,43	1.931.460	65,44	590.989	69,89
Receitas da Produção do Estabelecimento: produtos da agroindústria	448.029	11,8	384.094	13,01	63.935	7,56

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 3 expõe o número de estabelecimentos que que obtiveram outras receitas do estabelecimento.

Tabela 3 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do estabelecimento (unidades) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Outras receitas do estabelecimento: desinvestimentos	112.614	32,03	80.517	29,38	32.097	41,41
Outras receitas do estabelecimento: serviços de turismo rural	3.918	1,11	2.369	0,86	1.549	1,99
Outras receitas do estabelecimento: exploração mineral	3.649	1,03	2.630	0,95	1.019	1,31
Outras receitas do estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.	27.383	7,78	22.324	8,14	5.059	6,52
Outras receitas do estabelecimento: outras	217.260	61,8	176.326	64,34	40.934	52,81

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 4 demonstra os estabelecimentos cujos produtores auferem outras receitas, desassociadas da produção ou do estabelecimento.

Tabela 4 – Número de estabelecimentos agropecuários (familiares e não familiares) que obtiveram outras receitas do produtor (unidades) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Outras receitas do produtor: aposentadorias e pensões	1.874.944	52,59	1.668.627	63,09	206.317	22,42
Outras receitas do produtor: em atividades fora do estabelecimento	1.158.239	32,49	376.764	14,24	781.475	84,94
Outras receitas do produtor: do Programa Garantia Safra	234.200	6,57	192.889	7,29	41.311	4,49
Outras receitas do produtor: de prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais)	8.408	0,23	7.060	0,26	1.348	0,14
Outras receitas do produtor: do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	8.136	0,22	6.890	0,26	1.246	0,13

Outras receitas do produtor: pagamentos por serviços ambientais (Bolsa Verde e Programas Estaduais)	15.350	0,43	13.734	0,51	1.616	0,17
Outras receitas do produtor: de Programas dos Governos (federal, estadual e municipal)	908.850	25,49	752.748	28,46	156.102	16,96

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 5 discrimina informações relacionadas ao valor das receitas ou rendas obtidas pelos estabelecimentos agropecuários (mil reais), segundo as categorias de agricultores familiares e não familiares no Brasil, traçando dados referentes às receitas da produção do estabelecimento, às outras receitas do estabelecimento e às outras receitas do produtor.

Tabela 5 – Valor das receitas da produção do estabelecimento, outras receitas do estabelecimento e outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento	404.552.435	82,03	88.653.418	68,98	315.899.017	86,63
Outras receitas do estabelecimento	9.112.323	1,85	3.644.458	2,83	5.467.865	1,49
Outras receitas do produtor	79.495.531	16,12	36.221.018	28,18	43.274.513	11,86

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 6 traça uma análise comparativa no Brasil em relação às receitas da produção do estabelecimento.

Tabela 6 – Valor das receitas da produção do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Receitas da Produção do Estabelecimento: vegetal	246.850.770	61,01	40.075.687	45,20	206.775.083	65,45
Receitas da Produção do Estabelecimento: animais e seus produtos	146.870.896	36,30	44.500.195	50,19	102.370.701	32,40
Receitas da Produção do Estabelecimento: produtos da agroindústria	10.830.769	2,67	4.077.536	4,59	6.753.233	2,13

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 7, por sua vez, indica os percentuais das receitas originadas do estabelecimento agropecuário que são dissociadas da agropecuária.

Tabela 7 – Valor das outras receitas do estabelecimento (familiar e não familiar) (mil reais) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)	(mil reais)	(%)
Outras receitas do estabelecimento: desinvestimentos	4.333.344	47,55	1.587.469	43,55	2.745.875	50,21
Outras receitas do estabelecimento: serviços de turismo rural	136.280	1,49	43.771	1,20	92.509	1,69
Outras receitas do estabelecimento: exploração mineral	210.972	2,31	37.714	1,03	173.258	3,16
Outras receitas do estabelecimento: artesanato, tecelagem, etc.	60.250	0,66	48.509	1,33	11.741	0,21
Outras receitas do estabelecimento: outras	4.371.477	47,97	1.926.996	52,87	2.444.481	44,70

Fonte: elaboração da autora (2023)

A tabela 8 permite observar também o fenômeno da pluriatividade no Brasil, já que as receitas obtidas pelo produtor são uma significativa fonte de ingresso, uma vez que complementam a renda e garantem a manutenção dos trabalhadores.

Tabela 8 – Valor das outras receitas do produtor (familiar e não familiar) (mil reais) no Brasil, em 2017

Receitas/Rendas	Total		Familiar		Não familiar	
Total	(N)	(%)	(N)	(%)	(N)	(%)
Outras receitas do produtor: aposentadorias e pensões	35.252.770	44,34	29.738.148	82,10	5.514.622	12,74
Outras receitas do produtor: em atividades fora do estabelecimento	41.311.810	51,96	4.044.551	11,16	37.267.259	86,11
Outras receitas do produtor: do Programa Garantia Safra	224.103	0,28	176.471	0,48	47.631	0,11
Outras receitas do produtor: de prêmio do Programa Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar (Proagro Mais)	75.495	0,09	51.411	0,14	24.084	0,055
Outras receitas do produtor: do Programa Nacional de Habitação Rural Minha Casa Minha Vida	123.846	0,15	105.357	0,29	18.489	0,042
Outras receitas do produtor: pagamentos por serviços ambientais (Bolsa Verde e	31.500	0,039	26.332	0,072	5.169	0,011

Programas Estaduais)						
Outras receitas do produtor: de Programas dos Governos (federal, estadual e municipal)	2.476.007	3,11	2.078.748	5,73	397.259	0,91

Fonte: elaboração da autora (2023)